



DOI: 10.21057/10.21057/repamv13n3.2019.26658

Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo¹

Recebido: 15-09-2019

Aprovado: 20-11-2019

Aline Fae Stocco²

Até 1959, Cuba se caracterizava como um país pequeno e neocolonial tendo uma inserção periférica e dependente no sistema capitalista organizado em âmbito mundial em sua fase imperialista. Parte dessas características eram resultado de uma inserção marcada pela especialização na produção de produtos primários, mais especificamente na produção de açúcar, e de um mercado consumidor de produtos industrializados produzidos em outros países, sobretudo nos Estados Unidos. Assim, enquanto o setor produtor de açúcar avançou aumentando a produção, incorporando tecnologias e desenvolvendo as forças produtivas envolvidas nesse segmento, os demais setores ficaram estagnados e dependentes. Além disso, a pequena produção industrial que se verificava no país era controlada pelo capital internacional presente na ilha sob a forma de investimento estrangeiro direto.

Esse modelo neocolonial, que se refletia em uma dependência produtiva, tecnológica, comercial, financeira, cultural e ética, repercutia conseqüentemente nas condições de vida da população cubana. Conforme retratou Fidel Castro (2007) ao escrever sua autodefesa intitulada “La história me absolverá”, durante a década de 1950, havia em Cuba duzentas mil famílias vivendo em habitações precárias, quatrocentas mil amontoadas em barracões sem as mínimas condições de higiene e saúde, um milhão e duzentas mil pessoas pagavam aluguel que consumia entre um quinto a um terço de seus rendimentos, e um milhão e oitocentas mil pessoas não tinham acesso aos serviços de eletricidade. Ainda segundo Castro, 90% das

¹ Este artigo traz partes da tese de doutorado intitulada “Distribuição, igualdade social e desenvolvimento: a experiência cubana”, apresentada, em 2017, no programa de pós-graduação em Política Social, da Universidade Federal do Espírito Santo.

² Doutora em Política Social. Professora Adjunta da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Humanas da UFVJM. Pesquisadora do Grupo de Estudos Críticos do Desenvolvimento. E-mail: aline.stocco@ufvjm.edu.br



crianças da área rural estavam contaminadas por parasitas e muitas morriam por falta de recursos médicos.

Foi a partir dessas condições históricas que, em 1º de janeiro de 1959, uma ampla aliança formada³ por trabalhadores urbanos e rurais, camponeses, estudantes, intelectuais e pequenos proprietários, inspirados pelo pensamento revolucionário de José Martí⁴, e a partir da luta armada, tomaram o poder político em Cuba, dando início ao governo revolucionário em Cuba. Em realidade, esse fato tornou-se o marco inicial de um conjunto de grandes transformações⁵ na estrutura econômica e social que levaram ao rompimento das relações de produção capitalistas no país. Desde então, o país tem se caracterizado como uma experiência singular de construção do socialismo⁶.

Em consequência, o país passou por um processo de socialização dos meios de produção em que a propriedade estatal se tornou a forma hegemônica de propriedade sobre eles. Nesse sentido, foram alteradas as relações entre os produtores diretos (trabalhadores), e desses com o Estado, exigindo transformações nas relações sociais. Nesse processo, a regulação das relações econômicas foi assumindo a forma da planificação realizada de maneira centralizada pelo Estado e direcionada pelas necessidades e prioridades estabelecidas pela população organizada a partir de diferentes instâncias de participação. Com isso, o

³ Segundo Fung Riverón (1982), a revolução cubana foi resultado da união entre a classe operária, o campesinato trabalhador e outras camadas da população que se efetivou e se radicalizou durante a luta contra a ditadura de Fulgêncio Batista.

⁴ Fundador do Partido Revolucionário Cubano – PRC, José Martí defendeu e lutou por um pensamento independentista que vislumbrava não apenas a independência política para a América Espanhola, mas o que ele chamava de “segunda independência”. Em seu importante texto chamado “Nuestra América”, publicado em 1891, no México, José Martí conclamou o povo da América Latina a lutar por uma verdadeira libertação nacional. Ele explicou que, em muitos países que haviam alcançado a independência em relação à metrópole espanhola, a colônia seguiu vivendo dentro da república e alertou, inclusive, sobre os perigos que significavam os americanos do norte e a política expansionista e imperialista defendida amplamente nos Estados Unidos para o conjunto dos países da América Latina e para Cuba (MARTÍ, J. 1891 [2002, p. 17]). José Martí foi morto pelo exército espanhol logo no primeiro ano da guerra hispano-cubana iniciada, em 1895, e que tinha um caráter iminentemente nacional-libertador e anticolonial, mas seu pensamento ainda hoje direciona os caminhos da revolução e das lutas sociais no mundo (LOYOLA VEGA, O, 2002).

⁵ Não fará parte do escopo desse trabalho tais transformações. Sobre isso existe uma vasta bibliografia que pode ser consultada, dentre as sugere-se: CARRANZA VALDEZ, J.; DÍAZ VÁZQUEZ, J. (2005); RODRIGUES, J. L. (1990); ÁLVAREZ GONZALEZ, E. C. (1998).

⁶ Nesse trabalho adotou-se a perspectiva de que o processo de superação do capitalismo e a construção de uma nova sociabilidade designada socialista, envolve um período de transição, que pode ser mais longo ou mais curto, dependendo dos desdobramentos que um processo revolucionário possa ter em âmbito mundial. Essa etapa de transição envolve a construção de modelos econômicos e sociais próprios a partir de cada país, que devem estar em função das condições socio-históricas herdadas, das transformações econômicas, políticas e sociais requeridas de imediato e do contexto externo global, tendo como objetivo último e determinante, a satisfação das necessidades e o pleno desenvolvimento dos seres humanos, em oposição ao lógica de acumulação do capital que caracteriza a sociedade capitalista. Assim, as experiências concretas que se intitularam socialistas, ou comunistas, são consideradas como experiências de transição, ou construção do socialismo.



próprio conjunto de instituições e relações que perpassam o Estado foram sendo alteradas e novos sistemas e mecanismos foram criados para responder a esse conjunto de transformações.

A transformação social promovida pelo movimento revolucionário resultou em um conjunto de conquistas sociais que se refletiram na melhoria das condições de vida de sua população, medidas por indicadores sociais utilizados pelos organismos internacionais. Aliás, em que pese as limitações internas da economia, o isolamento mundial e as agressões externas promovidas pelo governo norte-americano através do bloqueio econômico, os resultados de tais indicadores medidos para Cuba colocaram o país em posição de destaque na região e próximo aos países de capitalismo avançado. Nesse sentido é possível citar os índices de mortalidade infantil (4,2 mortes para cada mil nascidos vivos no primeiro ano de vida, em 2016), expectativa de vida ao nascer (79,9 anos, em 2017) e escolaridade média (11,8 anos em média, em 2017) (PNUD, 2018).

Ao completar 60 anos do início dessas transformações o país vivencia um período de mudanças internas apresentadas como necessárias para garantir a continuidade e a sustentabilidade de seu projeto de construção do socialismo. Esse processo tem sido chamado de Atualização do Modelo Econômico e Social da revolução. Iniciado ainda em 2008, com a adoção de um conjunto de medidas fragmentadas, essas mudanças avançaram com a elaboração, debate e aprovação *dos Lineamientos da Política Econômica e Social del Partido y la Revolución*, entre 2010 e 2011. Tiveram prosseguimento com o Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030 e a atualização dos *Lineamientos Económicos e social Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021*, discutido e aprovado no VII Congresso do Partido Comunista, em 2016. Por fim, esse processo se consolidou com a aprovação de uma nova Carta Magna, em 24 de abril de 2019.

Partindo disso, o objetivo deste trabalho passa por compreender em que medida esse processo de atualização do modelo econômico e social representa rupturas com as estratégias econômicas e sociais que foram adotadas anteriormente no país, e quais compromissos com o horizonte de construção do socialismo se busca assegurar nesse processo de atualização do socialismo na ilha.



Assim, esse artigo buscou entender esse momento de mudanças em Cuba como resultado de um contexto interno e externo mais amplo, que se conformou a partir do fim da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS, no final da década de 1980, e de acirramento do bloqueio econômico imposto pelos Estados Unidos à ilha. A urgência imposta pela crise naquele momento levou à implantação de um conjunto de mudanças iniciais que, se por um lado garantiram a sobrevivência econômica e social do país, por outro engendraram desafios para a construção de uma sociedade socialista, como a ampliação das desigualdades. Com a ascensão de governos progressistas na América Latina durante os anos 2000, à ilha obteve apoio e o país conseguiu retomar o crescimento econômico e desenvolver conquistas sociais da revolução. Mas, a crise mundial de 2008, expôs novamente as fragilidades estruturais da economia cubana e a necessidade de uma reestruturação das estratégias econômicas e sociais de construção do socialismo.

Para isso, o trabalho começará por resgatar os aspectos do contexto interno e externo que antecederam a crise econômica do país nos anos de 1990. Em seguida, será apresentada uma síntese das principais alterações implementadas na ilha e de seus efeitos econômicos e sociais, mostrando ainda o esforço em promover melhorias nas condições de vida da população durante os anos 2000. Posteriormente, será realizada uma análise das principais mudanças implementadas a partir da aprovação dos *Lineamientos da Política Econômica e Social del Partido y la Revolución*, de 2011, e uma síntese das principais mudanças aprovadas no projeto de *Conceitualização do Modelo Econômico e Social, no Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030* e nos *Lineamentos Econômicos e social Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución para el período 2016-2021*.

Antecedentes Históricos Internos e Externos da Crise Econômica dos Anos Noventa

A década de 1980 foi caracterizada por mudanças econômicas, políticas e sociais que reconfiguraram o contexto externo em que Cuba estava inserida, sendo importante entender os impactos que o colapso da URSS, os desdobramentos da crise estrutural do capitalismo e o acirramento do bloqueio estadunidense produziram sobre o país.



Desde o final da década de 1950, a antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) acumulava algumas dificuldades⁷ que foram se aprofundando na forma de conflitos sociais e econômicos, que levaram à desintegração do sistema soviético e do Conselho Econômico de Ajuda Mútua, principais parceiros comerciais de Cuba. Dessa forma, o país perdeu não apenas os principais interlocutores comerciais, mas benefícios, vantagens e ajudas que possuía como país membro desse grupo⁸.

Embora já estivesse sendo impactada pelos problemas econômicos e políticos que vivenciavam os países membros do CAME - Conselho Econômico de Ajuda Mútua, em especial os derivados do modelo econômico que serão apresentados mais adiante, o desaparecimento do principal parceiro comercial desencadeou em Cuba uma crise econômica que resultou tanto em um abandono dos planos e medidas que vinham sendo implementados dentro do processo de retificações⁹ como exigiu do governo cubano a adoção de medidas emergenciais para atender às necessidades essenciais da população (MORALES DOMÍNGUEZ, 1996).

Cabe destacar que a desarticulação dessas relações estabelecidas entre os países que compunham o CAME impôs a Cuba, pela segunda¹⁰ vez em 30 anos, um processo de reconversão de sua base industrial e tecnológica e de reorientação dos vínculos comerciais e financeiros. Esse fato imprimiu uma singularidade histórica à experiência cubana, que se expressou em um custo econômico altíssimo e prejudicou o país de realizar avanços em direção ao desenvolvimento das forças produtivas internas.

Assim, as relações de Cuba com o sistema capitalista que, como será apresentado a seguir, se apresentava ainda mais instável e senil, não podiam continuar restritas ao âmbito comercial e creditício como estavam estruturadas até aquele momento. A inserção de Cuba ao

⁷ Rodrigues (2006) destacou os seguintes problemas: estagnação econômica, esgotamento do modelo de crescimento econômico extensivo, redução na melhoria das condições de vida da população, defasagem no desenvolvimento tecnológico em comparação ao ocidente, pesados gastos militares e crise motivacional. Além disso, expôs as mutações econômicas, sociais, culturais e políticas que ocorreram no interior dos países que compunham a URSS e em âmbito mundial, mostrando como isso criou uma efervescência social e intelectual que implicou na necessidade de realizar mudanças. Conforme apontado pelo autor, tais problemas foram apenas parte das causas que levaram ao colapso da URSS.

⁸ Castro (1991), ao comentar os acontecimentos que se desenrolavam na antiga URSS, destacou que Cuba havia construído sua pauta e seus caminhos apoiados no que chamou de “sólidos pilares”, que já não existiam mais: o campo socialista e a União Soviética.

⁹ Por ocasião do 4º Congresso do Partido Comunista, Castro (1991) elencou vários projetos que, como parte do programa de retificações de erros e tendências negativas, foram interrompidos. Da mesma maneira, Suárez Salazar (1997), sintetizou o que chamou de evidências empíricas do que significou a reversão do socialismo na antiga URSS para Cuba.

¹⁰ A primeira vez que Cuba se viu obrigada a reverter sua base tecnológica industrial foi nos primeiros anos da revolução. Processo descrito e problematizado por Tirso Sáenz (2004).



movimento de acumulação do capital tornou-se uma necessidade, em que o grande desafio era, segundo Monreal (1991), evitar que os fenômenos intrínsecos do processo de acumulação do capital se convertessem em fatores determinantes do processo de desenvolvimento econômico e social cubano.

As transformações no cenário internacional não estiveram circunscritas aos países do campo socialista; ao mesmo tempo, nas economias capitalistas, também se processaram importantes mudanças, marcadas pela crise estrutural do capital e suas estratégias para recompor sua taxa de lucratividade: reorganização da produção, desvalorização do capital constante, redução de custos, incorporação de novos territórios e populações e direcionamento de parte importante do estoque de capital para a esfera financeira.

Muito embora, desde os primeiros anos da revolução, Cuba tenha deixado de fazer parte do sistema mundial de economias capitalistas, os desafios e dificuldades que se impuseram ao país durante a década de 1980 também estão relacionados com o processo global de desenvolvimento do próprio sistema capitalista. Conforme apontou Monreal (1991), mesmo não tendo seu desenvolvimento econômico e social diretamente determinado pelas necessidades de acumulação do capital em termos mundiais, ao manter relações ativas com o mercado capitalista via comercialização de produtos e acesso ao crédito externo, o país também estava exposto aos processos desencadeados pela lógica do sistema capitalista. E, em virtude disso, foi impactado pelos desdobramentos da crise estrutural do capital.

Em termos concretos, esses desdobramentos, se refletiram em Cuba a partir da diminuição do preço de suas exportações no mercado internacional, das dificuldades de obtenção de crédito externo para seguir financiando seu projeto de desenvolvimento¹¹ e em um custo altíssimo para rolar a dívida já contratada. Por outro lado, a crise do capital que se desdobrou em uma reorganização do sistema capitalista em âmbito mundial concentrou ainda mais o processo de acumulação nas grandes potências mundiais e estimulou a criação de novos instrumentos especulativos financeiros, imprimindo uma dinâmica à reprodução e valorização do capital que se tornou mais agressiva à continuidade da experiência de transição ao socialismo em Cuba.

Todavia, as dificuldades para Cuba não se encerraram na desintegração do sistema soviético e nos desdobramentos da crise capitalista. Quando, em 1989, ocorreu a desintegração da URSS e, conseqüentemente, o fim do CAME, o governo dos Estados

¹¹ Para informações adicionais sobre o assunto, ver Rodriguez (1990).



Unidos, comandado pelo então presidente George H. W. Bush, antevendo o isolamento comercial ao qual Cuba ficaria novamente submetida, recrudescu o bloqueio econômico imposto ao país desde 1962, empreendendo novas medidas de agressão¹²: aprovação e promulgação da *Enmienda Torricelli*, denominada *Cuban Democracy Act* (Lei pela Democracia em Cuba). Embora promulgada em 1993, a lei havia sido apresentada ao Congresso ainda em 1991 e tinha por objetivo definir a política que seria adotada pelo país em relação a Cuba, tendo em vista o discurso de uma transição “pacífica e democrática e de retorno do crescimento econômico” na ilha.

Na verdade, a Lei partiu de um conjunto de constatações que foram vistas como uma oportunidade para asfixiar o governo cubano e acabar com o processo revolucionário em curso no país. Dentre essas constatações, destacou-se a redução do apoio recebido pelo país, tendo em vista os acontecimentos na antiga URSS e as ameaças de desabastecimento, em especial de alimentos e petróleo. Além disso, considerou-se que era o momento do governo norte-americano exigir a colaboração dos aliados europeus para a tarefa de acabar com a construção do socialismo em Cuba (UNITED STATES. H.R.5323, 1992).

Nesse sentido, a estratégia estabelecida tratava de exigir o fim de qualquer ajuda técnica, militar, econômica ou assistencial concedida por qualquer nação a Cuba e manter as sanções aplicadas desde os Estados Unidos. E, frente a uma possível derrota cubana, o governo norte-americano deveria, de imediato, desenvolver uma política abrangente com a ilha, que previa ajuda financeira, reintrodução de instituições financeiras e suspensão imediata das sanções (UNITED STATES. H.R.5323, 1992).

A lei estabeleceu claramente que o governo deveria pressionar os países para reduzir suas relações comerciais com Cuba e penalizar aqueles que em suas relações com a ilha ofereciam qualquer benefício como subsídios, vantagem comercial e tratamento tarifário diferenciado, dentre outros. Além disso, restringiu as exportações e ajudas humanitárias a Cuba partindo dos Estados Unidos e proibiu a emissão de licenças para que empresas transnacionais controladas por empresas americanas realizassem transações com a ilha. Como parte da lei, ainda ficou estabelecido um prazo de 180 dias para que os navios que tenham ancorado em portos cubanos pudessem realizar atividades em portos americanos (UNITED

¹²Conforme aponta Suárez Salazar (1997), a aprovação da lei foi precedida por uma apatia oficial do governo estadunidense para com ações terroristas executadas contra Cuba por movimentos contrarrevolucionários sediados em Miami, pelo aumento da ajuda financeira para ações subversivas contra o governo cubano e por ameaçadoras manobras militares no mar e na Base Naval em Guantánamo.



STATES. H.R.5323, 1992). Outra determinação presente na lei foi a redução do montante de dinheiro que poderia ser utilizado por pessoas em viagem a Cuba. Com isso, pretendia-se dificultar o acesso do governo cubano ao dólar estadunidense.

Por fim, ainda na década de 1990, e durante o mandato presidencial de Bill Clinton, o congresso americano aprovou e posteriormente o presidente promulgou a Lei Helms-Burton, que, dentre outras coisas, buscou impedir que outros países realizassem investimentos estrangeiros em Cuba. Para Suárez Salazar (1997, p. 134, tradução nossa), essa lei estava direcionada a

Endurecer o bloqueio, a estender a extraterritorialidade das leis estadunidenses em relação a Cuba, a aplicar sanções duras a todos os atores norte-americanos e internacionais que mantinham relações normais com a ilha, a eliminar os espaços de manobra que possuíam os poderes executivos no desenho das políticas para a maior das Antilhas, assim como condicionar a natureza da institucionalidade que – em suas palavras – ‘deveria ter qualquer governo que sucedesse ao presidente Fidel Castro’. Ademais, definir a política que deve adotar qualquer governo norte americano, frente ao governo da ilha.

Dessa maneira, o início da década de 1990 representou também, para Cuba, o início de uma nova fase em suas relações com os Estados Unidos em que o aspecto principal foi o recrudescimento do bloqueio, não apenas no que tange às relações bilaterais entre as duas nações, mas extrapolando as determinações norte-americanas para outras nações. Além disso, significou também a institucionalização política e jurídica das medidas de agressão empreendidas contra Cuba, produzindo efeitos que se desdobraram durante toda a década de 1990 e continuam, até o presente momento, repercutindo sobre as condições políticas, econômicas e sociais da ilha.

Do ponto de vista interno, os últimos anos da década de 1980 se caracterizaram pela manifestação de algumas dificuldades econômicas e, em consequência, por um processo de autocrítica e tentativa de correção de mecanismos e estratégias econômicas adotados no período anterior. O chamado *processo de retificações de erros e tendências negativas*, em que pese seus limites, significou uma autocrítica interna em que se reconheceram os avanços alcançados durante os 30 anos da revolução cubana, mas também se assumiu o diagnóstico de que muitos erros e insuficiências estiveram presentes na experiência de construção do socialismo no país.

Em relação às atividades econômicas, observou-se que o crescimento econômico alcançado tinha se baseado em um volume de importação superior à capacidade do país em gerar divisas, reflexos das relações econômicas com os países do CAME – Conselho de Ajuda



Mútua Econômica, que reunia os países do bloco socialista. Além disso, os esforços para aumentar e diversificar as exportações também tinham sido baseados em um alto consumo de energia e de meios de produção que demandavam um volume crescente de importações impactando as contas externas. Dificuldades na execução dos investimentos haviam impedido a incorporação de novas instalações ao parque produtivo, assim como descumprimentos de normas e de metas de produção colaboravam para aumentar os problemas relativos ao funcionamento dos mecanismos econômicos adotados a partir de 1975 como parte do modelo de planificação baseado no chamado “Cálculo Econômico”¹³ (PARTIDO COMUNISTA CUBANO, 1986).

Para Castro (1986), a crença em que a construção do socialismo era essencialmente uma questão de mecanismos, sobretudo econômicos, havia resultado em uma redução do trabalho político do partido junto aos quadros e às massas, sendo esse fato uma das principais causas dos problemas de ineficiência, burocracia, condutas ilícitas e desvios que se havia constatado junto à população. Essa postura em relação ao funcionamento automático dos mecanismos também foi atribuída aos conhecimentos limitados e essencialmente teóricos que se tinha em relação à construção do socialismo.

Seguindo nessa perspectiva, para Rodriguez (1990) a adoção de um sistema de gestão e de estímulo da economia centrado nos estímulos materiais e no controle das empresas a partir de sua rentabilidade produziu desvios no funcionamento da economia. As empresas teriam priorizado as atividades produtivas mais rentáveis, descumprindo as metas relativas a outras atividades que também eram necessárias para a reprodução social, impedindo que se efetivasse uma real planificação da economia. Além disso, o aumento da rentabilidade não esteve vinculado a uma redução dos custos de produção e elevação da produtividade do trabalho, mas ao aumento dos preços de comercialização dos produtos. Isso, somado à ampliação do pagamento de prêmios para a superação de metas de produção e de rentabilidade teria resultado em distorções salariais. Ainda segundo Rodriguez (1990), a livre comercialização de uma parte da produção agrícola havia criado a figura do intermediário e

¹³O cálculo econômico foi o modelo de planificação utilizado na União Soviética e nos demais países do sistema socialista mundial. Nesse sistema, cada unidade produtiva era uma empresa com personalidade jurídica própria e o dinheiro funcionava como meio de pagamento para compra de matérias-primas, pagamentos de salários, investimentos e demais despesas necessárias ao funcionamento da empresa. O desempenho das empresas era avaliado pela lucratividade alcançada, nesse sentido as empresas deveriam cumprir as metas estabelecidas nos planos, mas o relacionamento entre elas se dava no mercado através de compra e venda de produtos e serviços, e o preço era dado pela oferta e demanda (CHE GUEVARA, 2004).



estimulado a especulação com os preços dos produtos, prática que também se observou na atuação dos trabalhadores por conta própria.

Como parte das medidas adotadas foi reduzida a distribuição de prêmios monetários aos trabalhadores, e ampliados os estímulos de caráter moral. Ocorreu uma valorização do trabalho voluntário, em especial das microbrigadas para a construção de moradias, e aumentaram os gastos nas áreas sociais. Também foram adotadas medidas para ampliar a centralização da direção econômica, em especial na elaboração do plano e de limitar as relações monetárias e mercantis, como a eliminação dos mercados agropecuários e artesanais. Além disso, iniciou-se um processo de racionalização das planilhas das empresas, buscando elevar a produção mas mantendo a mesma alocação de recursos materiais e humanos, assim como se buscou diversificar as atividades econômicas fomentando atividades relacionadas ao turismo e à biotecnologia (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005).

Com uma análise mais aprofundada, Carranza Valdés e Monreal González (1997) atribuíram os entraves ao desenvolvimento cubano, em meados dos anos 1980, ao prolongamento no tempo de um modelo de acumulação baseado no crescimento econômico extensivo, de baixa eficiência e alicerçado em transferências de recursos desde o exterior. A integração de Cuba ao CAME havia permitido ao país somar à economia nacional recursos que possibilitaram altos níveis de investimentos e expansão dos gastos sociais¹⁴. Mas, de acordo com os autores, a insustentabilidade desse modelo de acumulação estava dada não apenas pela necessidade permanente de incorporação de recursos do exterior para seu funcionamento, mas pelo fato de que essas compensações agiam desestimulando o país a proceder, ao longo do tempo, uma mudança para um modelo de crescimento intensivo, ao que é possível acrescentar ainda, um desestímulo à diversificação da produção. Ademais, das relações de dependência em relação ao bloco soviético, já apontadas anteriormente.

E, para além das restrições determinadas pelo bloqueio econômico ao qual o país estava submetido desde os primeiros anos da revolução, e que também será tratado nessa seção, da escassez de recursos naturais e da incapacidade de transformar um grande volume de recursos em aumentos permanentes das exportações, os autores ainda adicionaram ao anterior dois importantes problemas. Primeiro, que o crescimento extensivo exigia uma enorme quantidade de recursos para sua simples reprodução material. E, segundo, os

¹⁴ Isso tudo porque, a partir dessa integração, o país se favoreceu de preços preferenciais, crédito, ajuda técnica e militar e compensações financeiras para os desequilíbrios comerciais.



investimentos executados não haviam produzidos alterações importantes na estrutura produtiva das exportações, assim como não modificaram o baixo grau de integração dos setores produtivos nacionais (CARRANZA VÁLDÉS, MONREAL GONZÁLEZ, 1997).

Dessa forma, é preciso considerar que os desafios colocados pelo contexto interno no final da década de 1980 eram mais profundos e complexos do que suas manifestações aparentes e os aspectos apresentados nos discursos oficiais. Pois, se, por um lado, estavam relacionados à própria herança colonial de uma estrutura produtiva monoprodutora e exportadora de produto agroindustrial e às próprias limitações naturais e populacionais da ilha, por outro, refletiam a adoção de modelos e mecanismos de experiências de transição ao socialismo de outros países que não levavam em consideração as condições sócio-históricas de cada país.

E a isso, é possível adicionar um processo de acumulação que foi limitado para produzir as transformações na estrutura produtiva e elevar o grau de desenvolvimento das forças produtivas pelo menos ao patamar requerido pela constituição de uma base material correspondente aos objetivos mais imediatos do projeto societário em construção no que tange à satisfação das necessidades. Para Figueroa (2003), tratava-se de um esgotamento dos mecanismos econômicos que se caracterizaram pela ineficiência, descontrole e burocratismo, resultado da desvinculação do partido das massas populares e da desatenção com o desenvolvimento social.

Em resumo, Cuba chegou aos anos 1990 conservando ainda deficiências estruturais herdadas de seu passado colonial e neocolonial evidenciadas na dependência econômica da exportação de um único produto e na necessidade de importação, principalmente de alimentos e energia. Deficiências que não foram superadas pelo modelo de desenvolvimento que se adotou durante os primeiros 30 anos da revolução e cujos problemas começaram a ser manifestar a partir de 1985, quando o desempenho econômico entrou em uma fase descendente e de estagnação.

O país, em meio a um processo que buscava corrigir as estratégias e os mecanismos de direção econômica, foi impactado com a desarticulação das condições internacionais que sustentavam o funcionamento de seu sistema econômico e social. O fim da URSS e o surgimento de uma Comunidade de Estados Independentes levou ao rompimento por parte de muitos países de acordos comerciais e financeiros firmados anteriormente com Cuba. Além disso, o fim do sistema socialista também significou o fim do apoio político e da ajuda



econômica, militar e técnica oferecida aos países membros, e um isolamento do ponto de vista ideológico, justamente no momento em que se consolidavam mudanças significativas no padrão de acumulação do sistema capitalista mundial.

Principais Mudanças Econômicas e Sociais da Década de 1990

Em termos concretos, entre 1990 e 1993 a entrada de divisas em Cuba, como resultado das exportações, diminuiu. Isso foi reflexo tanto da queda no preço dos produtos exportados como da redução nas aquisições de produtos cubanos por parte dos países pertencentes à antiga URSS. Por outro lado, as importações também se reduziram abruptamente em decorrência da insuficiência de divisas, de créditos externos e de oferta por parte dos principais fornecedores. Essas duas situações conformaram um círculo vicioso, em que se acumulou, no período, uma redução de 70% no valor das importações e de 47% no das exportações (XALMA, 2007).

A paralisação total ou parcial de projetos reduziu o volume de investimentos em 60%. A falta de insumos, principalmente energéticos, de matérias-primas e de peças de reposição reduziu e paralisou o funcionamento de diversas unidades produtivas. A utilização da capacidade instalada chegou ao patamar de 20 a 30% e o PIB acumulou uma redução de quase 35% durante os anos de 1990 a 1993 (FERNÁNDEZ FONT, 1998).

Isso se configurou em uma profunda escassez em que não foi possível manter os níveis de consumo individuais e sociais da população. A ingestão calórica diária se reduziu e o consumo de alimentos ficou abaixo do mínimo recomendado. A vida cotidiana assumiu aspectos de uma guerra diária contra as dificuldades que a cada dia aumentavam. Multiplicaram-se as estratégias individuais para tentar suprir as necessidades básicas e sobreviver a esse momento histórico.

[...] Foram anos da água com açúcar; da banana cultivada no quintal; do sabão feito em casa; do fim das latas de comida estocadas quando ‘os russos’ chegavam à bodega; da ausência de carros circulando na cidade por falta de combustíveis; do ‘camello’ como invenção para economizar o precioso ouro negro; das bicicletas como principal veículo de transporte, sob um sol forte; dos chamados (apesar de tudo, com humor) ‘alumbrones’ que não ‘apagões’; das filas esperando a ‘gua-gua’ que nunca chegava, ou dos alimentos que já ‘não apareciam’ (XALMA, 2007, p. 33-34, tradução nossa).



Nesse contexto de extrema dificuldade, o governo cubano, com expressivos apoios populares¹⁵, adotou como estratégia resistir a essa situação, preservando o projeto de construção ao socialismo. Nesse sentido, tratou de ajustar os níveis de consumo à abrupta diminuição dos recursos distribuindo os impactos da crise com os menores custos sociais possíveis. Dentre as medidas adotadas nessa direção, destacam-se a manutenção dos gastos com saúde e educação, a implantação de um forte sistema de racionamento na distribuição dos recursos e a preservação dos empregos e salários. Nesse período, o governo trabalhou para ampliar a produção de alimentos e coordenou pesquisas direcionadas a encontrar petróleo no território cubano (XALMA, 2007).

Com isso, o déficit público cresceu, assim como a quantidade de papel moeda emitido. Em consequência do entesouramento das famílias, o peso cubano se desvalorizou de 8 pesos, em 1989, para 150 pesos por dólar, em 1993 (CARRANZA VALDEZ; DÍAZ VÁZQUEZ, 2005). Essa desvalorização da moeda combinada às remessas de dólares que ingressavam na economia cubana conduziu, durante esse período, a uma “dolarização informal” (XALMA, 2007). Esse desequilíbrio significou um aumento da base monetária em pesos cubanos decorrente da monetização do déficit público e, com isso, um excesso de liquidez. Com os preços controlados e os produtos submetidos a uma distribuição racionalizada, a deterioração do poder de compra do peso manifestou-se no mercado informal em um processo de hiperinflação e a substituição extraoficial do peso cubano pelo dólar (VIDAL, 2006). Além disso, a perda do poder de compra da moeda nacional levou as famílias a converterem suas economias em dólar mantidos fora de circulação (SÁNCHEZ EGÓZCUE, 1999).

Mas, a partir de 1993, a dolarização parcial da economia cubana tornou-se parte de um programa de mudanças para enfrentamento da crise, em que se optou por um esquema de dualidade monetária como estratégia para enfrentar o excesso de papel moeda e a escassez de divisas para fazer frente às necessidades de importação. Nesse sentido, não apenas se legalizou a posse e o uso de divisas para as transações comerciais internas como se estruturou

¹⁵ Suárez Salazar (1997) citou uma série de manifestações populares que ocorreram entre 1989 e 1990, em que, segundo o autor, se alcançou uma mobilização parecida com as ocorridas em décadas anteriores, ao que ainda agregou a ampla participação da população nas discussões que antecederam a realização do 4º Congresso do Partido Comunista em Cuba e a massiva participação no pleito eleitoral realizado em 1992. Cabe destacar ainda que o autor apontou um incremento da insatisfação popular e a ativação de pequenos e frágeis grupos dissidentes. O expressivo apoio popular também foi relatado por Edward González e David Ronfeldt (1993) ao analisarem e proporem as estratégias que poderiam ser adotadas pelo governo norte-americano para alcançar seus objetivos relativos a Cuba.



um amplo conjunto de mecanismos institucionais para captar e redistribuir as divisas em circulação na economia (HIDALGO DE LOS SANTOS, 2008).

Isso envolveu uma segmentação dos mercados por tipo de moeda e agentes econômicos. Foi criado um setor chamado “emergente”, em oposição ao que se convencionou chamar setor tradicional, em que se concentraram as principais atividades econômicas responsáveis pela entrada de divisas no país, congregando, principalmente, as empresas exportadoras e o setor de turismo. Nesse mercado, as transações eram exclusivamente em dólares, e as empresas tinham autonomia para decidir sobre o uso das divisas geradas na compra dos insumos, pagamento de estímulos laborais e dividendos. Também se criou um mercado interno em que produtores nacionais e empresas de outros setores podiam comercializar com as empresas do setor emergente e, assim, acessar divisas (CEPAL, 2000). Cabe destacar que, em virtude da suspensão do monopólio estatal do comércio exterior, as empresas do setor “emergente” podiam escolher entre adquirir os insumos no mercado interno ou no mercado externo, submetendo as empresas do setor tradicionais à competição com bens importados (HERRERA; NAKATANI, 2012).

Outra maneira de as empresas do setor tradicional obterem divisas era através da alocação no plano anual que distribuía as divisas captadas pelo mecanismo institucional chamado de “Caja Central”. Esse mecanismo, criado ainda na década de 1980, funcionava da seguinte maneira: ao fazer o plano anual, realizava-se uma previsão de quanto de divisas as empresas planejavam obter e quando iriam usar para pagar os custos de produção, dívidas, dividendos e impostos. Aquilo que excedia a esses gastos era transferido para essa espécie de caixa centralizado e alocado no plano das empresas e entidades orçamentárias que não geravam divisas. Dessa maneira, o governo distribuía as divisas de acordo com as necessidades sociais e as prioridades de investimentos. Os recursos alocados para as empresas e entidades orçamentárias a partir desse mecanismo central eram transferidos de maneira automática (CEPAL, 2000).

Para a população que também acessava divisas via incentivos salariais, remessas de familiares ou transações comerciais com o setor emergente, foi criada uma rede de lojas, chamadas de Tienda de Recuperación de Divisas – TRD, onde era possível adquirir uma variedade de artigos de consumo comercializados exclusivamente em divisas. Também foram criadas casas de câmbio onde a população podia trocar dólares por bilhetes de CUC, uma moeda conversível criada em 1994, ou mesmo em moeda nacional (HIDALGO DE LOS



SANTOS, 2008). Posteriormente, também se liberou a abertura de contas com depósitos em CUC.

O funcionamento desses mecanismos de captação e redistribuição das divisas, combinado à paulatina reestruturação do orçamento do Estado e às demais mudanças que serão apresentadas no decorrer desta seção, contribuiu para uma retomada do poder de compra do peso nacional e uma estabilidade monetária observada na relação de conversibilidade entre as diferentes moedas em circulação e nos preços dos produtos no setor informal. Por outro lado, essa segmentação da economia tornou o acesso às divisas um determinante na diferenciação social e no acesso aos bens de consumo no país. Além disso, estimulou o envio de remessas de pessoas residente no exterior a familiares em Cuba, significando uma fonte de renda desvinculada da atividade laboral.

Outra incidência negativa derivada da dolarização foi uma hipertrofia de setores da economia nacional. Segundo Gutiérrez González ([1997]2008), a dolarização estimulou o desenvolvimento das atividades e setores que proporcionavam um acesso direto às divisas em detrimento da produção de bens e serviços essenciais para a reprodução social, mobilizando para esses setores importantes recursos produtivos. Da mesma maneira, estimulou a população a buscar postos de trabalho que permitissem o acesso direto à moeda conversível em detrimento de postos de trabalho com salários em moeda nacional.

Outra estratégia que começou a ser implantada ainda nos primeiros anos do período especial foi relativa à ampliação da inserção de Cuba no cenário econômico internacional. Isso se concretizou na criação de algumas empresas mistas consorciadas com o capital internacional e no estabelecimento de acordos comerciais com novos parceiros, principalmente nos setores de turismo e biotecnologia. Embora a entrada de investimento estrangeiro já estivesse amparado legalmente desde fevereiro de 1982, quando se instituiu o decreto-lei nº 50, foi a mudança constitucional realizada em 1992 e a aprovação da Lei nº 77, no dia 5 de setembro de 1995, pela Assembleia Nacional do Poder Popular da República de Cuba, que garantiu amparo legal.

Esse marco legal garantiu às empresas de capital externo o direito de propriedade, de repatriação do capital e de seus dividendos sem a incidência de impostos, prevendo para casos de expropriação o pagamento prévio de indenização. Ainda ampliou a participação do capital estrangeiro em quase todas as atividades econômicas do país, exceto saúde, educação e algumas instituições das forças armadas. E autorizou a abertura de conta em bancos e o direito



das unidades produtivas de exportar e importar diretamente bens e serviços necessários (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

A entrada de investimento estrangeiro poderia assumir as seguintes formas: empresa mista com investimentos estrangeiros e nacionais, contrato de associação econômica internacional ou empresa de capital totalmente estrangeiro, sendo que, para qualquer dessas, era necessária autorização prévia do Comitê Executivo do Conselho de Ministros ou de uma comissão designada para esse fim (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

A lei estabeleceu ainda que as unidades produtivas constituídas a partir de investimento estrangeiro deveriam cumprir a legislação trabalhista e da seguridade social previstas em Cuba, com algumas adaptações: com a exceção dos cargos de direção, administração e alguns cargos técnicos, todos os demais postos de trabalhos teriam de ser ocupados exclusivamente por cubanos ou estrangeiros residentes permanentes no país; a contratação dos trabalhadores cubanos e estrangeiros permanentes seria realizada por meio de uma instituição empregadora ligada ao Ministério do Trabalho; e, para além dos salários, pagos em moeda nacional, poderia ser criado um fundo de estímulo econômico para os trabalhadores (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

Da mesma maneira, a lei fixou um regime especial de tributação que levou em consideração a exploração ou não de recursos naturais (30% sobre o lucro líquido das empresas e de 50% se a atividade envolvesse exploração de recursos naturais, renováveis e não renováveis). Além disso, definiu a incidência de um imposto de 11% sobre a utilização da força de trabalho e de 14% como contribuição para a previdência social. Outra inovação importante dessa legislação foi a criação de zonas francas e parques industriais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao comércio exterior com regimes especiais em matéria aduaneira, tributária, trabalhista, entre outras (CUBA, Ley nº 77 de setembro de 1995, acesso em 12 de abril de 2016).

Frente a todos esses aspectos descritos, cabe destacar que a abertura ao capital estrangeiro em Cuba foi permeada de particularidades que buscaram garantir que essa relação de fato gerasse contribuições ao projeto de desenvolvimento cubano. Sobre isso, Figueroa (2003, p. 224, tradução nossa) apontou que

A regulação e o controle estatal sobre o processo de investimento, a preservação da soberania nacional sobre os recursos naturais, e o controle acionário (ainda que se dê preferências aos capitais da América Latina e Caribe), a abertura para apenas investimentos estrangeiros diretos



e em alguns setores e outras questões relacionadas à proteção dos trabalhadores, são alguns dos aspectos que diferenciam o nosso enfoque legislativo e prático nessa matéria tão controvertida das relações de exploração entre o sul subdesenvolvido e o norte no que tange a exportações de capitais.

Assim, se por um lado a lei garantiu ao capital externo a apropriação e envio ao exterior de parte do excedente econômico nacional sob forma de lucros e dividendos, por outro lado garantiu à população cubana uma importante participação no excedente produzido pelos trabalhadores na medida em que manteve na direção das empresas representantes cubanos e estabeleceu um conjunto de impostos sobre o trabalho e o lucro. Ademais, garantiu também que os postos de trabalhos fossem ocupados por cubanos, assegurando a geração de empregos.

Para além disso, novas formas de gestão da propriedade foram incorporadas à Constituição a partir da reforma realizada em 1992. A alteração realizada no artigo 14 estabeleceu que a forma estatal seria exclusiva apenas para o que se chamou “meios fundamentais de produção”. E o artigo 15 previu a possibilidade da transmissão parcial ou total dos meios de produção para pessoas físicas ou jurídicas, permitindo a criação de empresas mistas, cooperativas e até mesmo empresas integralmente privadas. Como consequência, em 1998, Cuba já registrava 260 associações econômicas com o capital internacional (NOGUERA, 2004).

Um passo importante para a diversificação das formas de propriedade foi o Decreto-Lei nº 142, que criou as Unidades Básicas de Produção Cooperativa (UBPC). Esse Decreto-Lei transformou grandes extensões de terras, geridas anteriormente como grandes empresas estatais, em pequenas propriedades concedidas aos coletivos de trabalho e a pequenos agricultores na forma de usufruto por tempo indeterminado, para funcionarem sob a forma de cooperativas. Foi garantida a eles a propriedade sobre a produção e os ganhos provenientes dela.

Para Figueroa (2003), a criação das UBPC foi parte de uma ampla reestruturação da propriedade e uso das terras em Cuba, em que o objetivo imediato era enfrentar a crise alimentar, criando incentivos para impulsionar a produção agropecuária e agroindustrial. Segundo o autor, essa reestruturação foi caracterizada pela desestatização da produção agrícola com a diversificação das formas de gestão da terra e pela promoção do cooperativismo. Ele destacou ainda que esse processo permitiu a criação de múltiplas formas de gestão da propriedade, como a autogestão participativas das granjas estatais, a pequena



propriedade privada pessoal e familiar e as empresas mistas associadas ao capital internacional.

A isso, acrescentaram-se ainda as legislações que trataram de ratificar e ampliar o trabalho por conta própria, até então inexpressivo. O Decreto-Lei nº 141, de 8 de setembro de 1993, além de cumprir com essa tarefa, estabeleceu ainda o pagamento de um imposto mensal para as pessoas que exercessem tais atividades. Junto, foi publicada a Resolução Conjunta nº 1 do CETSS-CEF, que regulamentou o decreto e especificou as atividades que poderiam ser exercidas por conta própria (CUBA, Decreto-Ley nº 141 de setembro de 1993, acesso em 16 abril 2016). Posteriormente, foram publicados ainda o Decreto-Lei nº 171, que ampliou a autorização para aluguel das casas e quartos, e a resolução que permitiu o trabalho por conta própria de profissionais universitários (FIGUEROA, 2003).

Ao analisar essa abertura ao trabalho por conta própria, Figueroa (2003) apontou que ela foi uma tentativa de responder à conjuntura econômica, tendo como objetivo aumentar a oferta de bens e serviços e criar novas fontes de emprego e de renda para a população, ou seja, tinham um caráter conjuntural e de curto prazo, não tendo sido concebidas, por parte dos dirigentes políticos, como um processo mais estrutural e necessário à construção do socialismo.

Dessa maneira, o que ocorreu na base econômica foi um processo tímido e limitado de diversificação das formas gestão sobre os meios de produção em Cuba, mas que se constituiu em um passo de grande importância porque, primeiramente, contribuiu para a retomada do crescimento econômico, e segundo, desencadeou internamente uma discussão sobre a heterogeneidade das formas de propriedade que concretamente conformam uma experiência de construção do socialismo, principalmente em países com as condições históricas, econômicas e sociais semelhantes às de Cuba.

A maior inserção externa de Cuba com as empresas associadas ao capital internacional, acompanhada de uma diversificação nas formas de gestão dos meios de produção e de uma segmentação da economia frente à dolarização, resultou em um funcionamento dual da economia cubana. Isso significou que, enquanto uma parte da economia seguiu funcionando sob o modelo de planificação centralizada conservando os mesmos mecanismos anteriores à década de 1990, outra parte, constituída pelas novas formas de organização empresarial, passou a operar por mecanismos mercantis baseados nas relações de oferta e demanda.



Além disso, algumas medidas de descentralização começaram a ser adotadas no que tange às empresas estatais. Como parte dessas medidas, destaca-se o chamado Perfeccionamiento Empresarial, que tinha como objetivo central promover uma separação entre o Estado e a gestão administrativa das empresas, concedendo maior autonomia às unidades produtivas no que tange à tomada de decisão relativa à gestão da empresa e da produção. Esse processo englobou um pequeno grupo de empresas estatais ligadas ao comércio exterior e ao setor de turismo (MARCELO YERA, 2010).

Segundo identificou González Gutiérrez ([1997]2008), a principal modificação introduzida na planificação, no que tange às empresas que passaram por esse processo, foi que, ao invés de receber os recursos produtivos alocados pelo plano e depois distribuir os resultados da produção também por meio do plano com preços fixos, essas empresas ganharam um pouco mais de autonomia nas decisões relativas à produção e à compra das matérias-primas, à comercialização e fixação dos preços, que passaram a incorporar outros elementos para além dos custos de produção.

Assim, as decisões tomadas em termos de indicadores financeiros eram posteriormente submetidas aos órgãos de governo para aprovação e compatibilizadas com a planificação. Dessa maneira, o Estado continuava tendo garantido o direito a uma parte do excedente econômico produzido, mas uma parte ficava sob gestão da empresa e era destinada para reservas de contingências, para um fundo de reserva para investimento e pesquisa, e para o pagamento de prêmios individuais e coletivos aos trabalhadores (FIGUEROA, 2003).

Em resumo, as empresas estatais seguiram submetidas à planificação, porém, em alguns setores, os mecanismos de alocação direta de recursos por meio do plano foram substituídos por mecanismos de controle indireto, baseados, sobretudo, em indicadores financeiros. Porém, cabe destacar que, até 2001, apenas 155 empresas funcionavam sob esse novo modelo (MARQUETTI NORDASE, 2006). Além disso, o plano assumiu como tarefa essencial a gestão das divisas aportadas pelas empresas estatais e mistas ligadas ao comércio exterior e sua distribuição aos setores que não tinham acesso a elas, mas que eram essenciais para a satisfação das necessidades básicas da população (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008).

Dessa maneira, à medida que novos agentes econômicos foram sendo incorporados à base econômica, e o Estado foi deixando de ter o monopólio sobre a gestão dos meios de produção, parte das decisões sobre a produção também foi sendo descentralizada e passou a



atender também a outros interesses específicos, que não apenas os interesses sociais representados no plano nacional.

Para além dessas mudanças nas relações econômicas entre as diferentes unidades produtivas, no âmbito da população também foi possível observar alterações na dinâmica econômica. Os Decretos-Lei 191 e 192 autorizaram a reabertura dos mercados agropecuários, industriais e artesanais, que estavam proibidos de funcionar desde a segunda metade da década de 1980 (XALMA, 2007). Esses novos mercados, acrescidos dos serviços e produtos realizados pelos trabalhadores por conta própria e ofertados à população, da rede de lojas de produtos comercializados em divisas e do aumento de produtos comercializados pelo Estado com preços regulados pela oferta e demanda, resultaram em uma ampliação das transações mercantil-monetárias realizadas pela população como forma de acesso a importantes bens de consumo (GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, [1997]2008). Em relação a esse último aspecto, cabe destacar ainda a importância das remessas enviadas desde o exterior aos parentes em Cuba.

Em resumo, esse conjunto de mudanças que se expressaram tanto na abertura para o capital externo como na dolarização, nas novas formas de gestão dos meios de produção e na ampliação das relações mercantis, foi fundamental para o país reverter a tendência de queda do PIB e voltar a registrar taxas positivas de crescimento econômico, ainda que em um patamar insuficiente para recuperar a queda acumulada nos primeiros anos da década de 1990 – entre 1995 e 1999 o PIB cresceu a uma média anual de 4,02% (CEPAL, 2000b). O desempenho da venda de serviços ao exterior também ajudou no crescimento econômico e a equilibrar o déficit da balança comercial.

Cabe ressaltar que essas alterações realizadas produziram também efeitos contraditórios no interior do processo revolucionário. Além de alguns efeitos já indicados acima, Figueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) apontaram que o surgimento dessas novas formas de propriedade não foi acompanhado do desenvolvimento de relações econômicas entre as distintas formas, tendo preponderado apenas relações bilaterais de cada uma com o Estado. Para o autor, isso resultou em uma ausência de organicidade dessas formas de propriedade, que foi ainda potencializada pela segmentação da economia frente à dolarização.

Alem disso, Figueroa Albelo e García Báez ([1996]2008) e Gutiérrez González ([1997]2008) agregaram que esse conjunto de mudanças engendrou, entre os trabalhadores, um processo de desigualdade que não estava relacionado ao aporte deles à produção social,



mas aos mecanismos particulares de estímulos materiais que foram incorporados em diferentes setores, atividades e organismos. Esses mecanismos, que envolveram o pagamento de parte do salário em dólares ou em produtos para serem comercializados, criaram distorções importantes sobre o salário e o consumo no interior da sociedade cubana, reduzindo, inclusive, os níveis de igualdade e justiça social alcançados no âmbito da experiência revolucionária.

Assim, pode-se considerar que as mudanças levadas a cabo durante a década de 1990, e que estavam diretamente relacionadas à necessidade de responder à deterioração das condições econômicas e social derivadas do entrelaçamento de aspectos internos e externos, imprimiram novas particularidades à experiência de construção ao socialismo em Cuba, ampliando as complexidades derivadas das deficiências estruturais citadas na primeira seção deste trabalho e os desafios para se avançar dentro dos objetivos de construção do socialismo.

Entre Avanços e Recuos: a encruzilhada dos anos 2000

Em resposta aos efeitos da crise econômica sobre as condições de vida da população e da ampliação das desigualdades, vistas como provocadas pelas mudanças realizadas na década anterior, o governo adotou, ainda no ano 2000, um conjunto de ações de caráter social. A estratégia que partiu da alta cúpula do país e contou com uma forte atuação das organizações juvenis, especialmente a União de Jovens Comunistas, tinha como aspecto central a prestação de um atendimento personalizado e integral às famílias, com especial atenção para aquelas em piores condições de vida. Estimava-se que, em 1999, 20% da população urbana em Cuba se encontrava em situação de pobreza¹⁶, levando em consideração apenas a renda monetária das famílias (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004, p. 180). Partindo de uma estratégia em que reconhecia a importância de se possuir informações sobre as famílias, seus problemas e suas necessidades para prestar um atendimento mais adequado, eficiente e com menor custo, institucionalizou-se a figura do trabalhador social, cuja função era identificar e analisar as famílias nas comunidades em que trabalhavam para

¹⁶ Cabe destacar que o fenômeno da pobreza em Cuba possui particularidades, na medida em que a população classificada como pobre a partir do recorte de renda, tem garantido o acesso a um conjunto de bens, serviços e subsídios, o que não ocorre em outros países (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).



direcionar o atendimento dos serviços públicos (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004).

Como parte dessas ações, cabe destacar a realização de um amplo processo de reestruturação da educação cubana e a incorporação, na rotina escolar, de recursos audiovisuais e de informática, em que se dotou as unidades de ensino com televisores e computadores (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). Em conjunto, promoveu-se uma descentralização do ensino artístico e reestruturaram-se espaços culturais e bibliotecas. Na saúde, foram empreendidas importantes ações de descentralização de serviços¹⁷ anteriormente oferecidos apenas em hospitais e a criação de 118 unidades de terapia intensiva em localidades que não possuíam hospitais (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). Foram reformados 61 de hospitais e clínicas, se ampliou a formação de enfermeiros no país e a cooperação internacional na área da saúde alcançou 28 países (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007). A política de emprego também foi priorizada com ações centradas na requalificação de trabalhadores, desocupados ou vinculados a unidades produtivas que seriam desativadas, e na realização de um programa chamado “emprego de estudar”, que envolveu investimentos educacionais para a formação de futuros profissionais. E, a partir de 2005, o governo implementou uma política de expansão da renda nominal, concedendo aumento no valor das pensões, aposentadorias e salários (FERRIOL; THERBORN; CASTIÑEIRAS, 2004). Além disso, estabeleceu uma ajuda monetária às famílias em situação de pobreza (GARCÍA ÁLVAREZ; ANAYA CRUZ, 2007).

Segundo Xalma (2007), a partir de 2004, essas ações com enfoque social foram combinadas a novas medidas econômicas em que o governo, partindo de um diagnóstico de superação da crise e de manifestação dos efeitos adversos acumulados ao longo dos anos 1990, redirecionou sua estratégia econômica no sentido de reverter algumas das mudanças adotadas na década anterior. Dentro disso, a autora destacou a reversão da dolarização e da ampliação do setor privado. Também foram realizados ajustes na política de abertura aos investimentos e empresas estrangeiras, inclusive com a revisão dos objetos sociais das companhias estrangeiras e das autorizações para atuação no comércio exterior (MARQUETTI NODARSE, 2005).

¹⁷ De acordo García Álvarez, Anaya Cruz (2007), passaram a ser ofertados nas policlínicas serviços de: traumatologia e reabilitação, hemodiálise, ultrassom, eletrocardiograma, endoscopia, exames de alergia, raio X, entre outros.



Esse conjunto de medidas se refletiu em uma taxa média de crescimento econômico de 8% no período de 2003 a 2007, em que o setor de serviço tornou-se responsável por 72,4% do total de riqueza produzida no país, com destaque para os setores de turismo e serviços sociais e pessoais. Esse desempenho foi resultado também do aumento das exportações de bens e serviços que cresceram a uma média anual de 22,3% no período de 2002 a 2008, sobretudo em virtude dos acordos firmados com a Venezuela na área de saúde e educação. Com maior crescimento econômico, a taxa de desocupação, que, no início da década de 2000, era de 5,4%, diminuiu para 1,6% em 2008. O salário médio mensal no setor estatal passou de 238 pesos cubanos, em 2000, para 415 pesos cubanos em 2008, mas ainda assim não foi suficiente para recuperar o poder de compra anterior à crise da década de 1990 (STOCCO 2013).

O país conseguiu reduzir ainda mais a taxa de mortalidade infantil – de 6,5 crianças para cada mil nascidos vivos no ano de 2002, para 4,7 em 2008 – e aumentar o número de matrículas iniciais no sistema de ensino – de aproximadamente 2,2 milhões de matrículas, em 2000/01, para mais de 3 milhões no período escolar 2007/08. A partir da atuação dos trabalhadores sociais, o número de pessoas não capacitadas para o trabalho inseridas nos serviços de assistência social cresceu mais de 1.000% durante o período de 2000 a 2008 (STOCCO 2013).

Mas, por outro lado, as estratégias adotadas na área social elevaram os gastos orçamentários, que, no período de 2000 a 2008, cresceram a uma taxa média anual de aproximadamente 15%. Essa dinâmica do gasto significou recorrentes déficits no orçamento do Governo Central. E, embora as exportações tenham registrado um resultado bastante favorável, as importações também apresentaram crescimento permanente no período e, a partir de 2007, a balança comercial voltou a ser deficitária (STOCCO, 2013).

Ainda assim, os resultados econômicos alcançados não foram suficientes para reestabelecer o padrão de consumo aos patamares anteriores à crise dos anos 1990, assim como não foram capazes de mitigar as desigualdades internas. Sem apontar dados quantitativos, Ferriol (2009) apontou que ainda persistiam, no interior da sociedade cubana, famílias que não obtinham rendimentos monetários suficientes para garantir um consumo de alimentos, bens e serviços essenciais, vivendo em evidente situação de carência que se refletia, inclusive, nas condições materiais e de higiene das habitações. Sem acesso à moeda conversível, essas famílias não tinham como complementar o consumo nos mercados de produtos comercializados em CUC. Da mesma maneira, havia famílias que, embora não se



encontrassem em uma situação de carência, tinham severas limitações e mostravam-se profundamente suscetíveis a crises econômicas e mudanças estruturais.

No outro extremo, a autora apontou a existência de famílias com rendimentos monetários mais elevados, em que a renda média per capita era 7 vezes maior que a renda média do grupo em piores condições econômicas. Essas famílias conseguiam tanto complementar o consumo de alimentos com uma dieta nutricional de maior qualidade como incrementar seu consumo com bens e serviços diversos. Essa desigualdade na renda ainda era agravada pela forma como estavam estruturados os mercados de comercialização de produtos necessários ao consumo da população, pois a necessidade de consumir produtos ofertados nos mercados em divisas, dada as limitações de oferta nos mercados estatais que comercializavam em pesos nacionais, resultavam em uma elevação do custo de vida para as famílias (FERRIOL, 2009).

Ferriol (2009) ainda destacou dois aspectos que, embora fossem traços característicos das relações econômicas em Cuba após o triunfo da revolução, durante os anos 2000 se tornaram desafios a serem superados. O primeiro foi a desvinculação da atividade laboral como uma via de acesso à renda e ao consumo, e o segundo foi a desproporção entre a renda das famílias na forma monetária e a renda que chegava às famílias na forma de bens e serviços.

Na verdade, as transformações que ocorreram na base econômica desde os primeiros anos da revolução acabaram por conformar novas determinações e mecanismos de apropriação da renda e da riqueza produzida, em que a renda em sua forma monetária sempre cumpriu um papel relativamente menor na satisfação das necessidades, em comparação ao acesso incondicional e gratuito a um conjunto de serviços públicos que cumpriram um papel mais efetivo dentro dos objetivos da revolução e de construção de uma sociedade mais equitativa e solidária.

Porém, o fim do bloco soviético e da cooperação no âmbito do CAME e a posterior deterioração das condições econômicas durante o período especial impossibilitaram a manutenção desse padrão de consumo. Mas, com a decisão de distribuir de maneira igualitária os impactos da crise, o governo ampliou ainda mais essa desvinculação da renda e do consumo da atividade laboral, garantindo na forma de serviços universais e subsídios o acesso da população aos bens e serviços essenciais. Essa estratégia que foi fundamental para permitir a continuidade da experiência de construção do socialismo em Cuba, mantendo o apoio



popular ao projeto revolucionário, tornou-se um obstáculo à elevação da produtividade e da competitividade frente a maior inserção do país ao movimento de acumulação do capital, e à necessidade de desenvolvimento das forças produtivas internas.

Nesse sentido, em 2005, em um discurso proferido na Universidade de Havana, Fidel Castro realizou novamente uma autocrítica interna reconhecendo algumas falhas e desafios que se manifestavam na experiência concreta de construção do socialismo em Cuba. Nessa ocasião, citou a desigualdade de rendimentos derivadas das mudanças engendradas durante o período especial e dos subsídios concedidos a todos de maneira igualitária que acabavam reforçando essas desigualdades. Tratou também da corrupção e do roubo no interior das empresas e instituições estatais, destacando que essas práticas haviam se intensificado após o período especial e contribuía para o desperdício de recursos e o enriquecimento de determinados grupos (CASTRO RUZ, 2005).

Mas, durante a segunda metade dos anos 2000, novos elementos se somaram ao complexo contexto interno da ilha. Internamente, o então presidente Fidel Castro, líder histórico da revolução, em virtude de problemas de saúde, deixou o comando político do país, assumindo o vice-presidente Raul Castro. No cenário internacional, uma grave crise iniciada no mercado financeiro dos Estados Unidos se espalhou e atingiu os principais países desenvolvidos. Já em 2008, diminuiu o volume de divisas que entrava no país e a queda no preço do níquel impactou ainda mais a capacidade de importação. Por outro lado, o país passou a necessitar de um volume cada vez maior de moeda estrangeira para realizar os pagamentos relativos às importações de alimentos e petróleo que tiveram seus preços elevados. A passagem de três furacões sobre a ilha danificou 530.758 habitações e causou muitos estragos nas lavouras, resultando em um prejuízo estimado em quase 10 milhões de dólares. O resultado foi uma desaceleração econômica, em que o crescimento do PIB foi três pontos percentuais menor ao registrado em 2007 (VIDAL ALEJANDRO, 2009).

Esses fatos terminaram colocando em evidência novamente as fragilidades estruturais da experiência cubana e suas vulnerabilidades ao contexto externo determinado pela lógica de valorização do capital. Além disso, expôs as insuficiências de seus mecanismos econômicos e sociais e as resistências existentes entre os dirigentes políticos em avançar nas mudanças requeridas pelo país, tendo em vista a necessidade de elevar a capacidade produtiva.

Foi nesse contexto que começaram a surgir os discursos oficiais, apontando a necessidade de se realizar novas mudanças estruturais em Cuba. Na verdade, Raul Castro foi



expondo paulatinamente à população cubana um diagnóstico que tratou de questões centrais da organização do socialismo no país, confrontando a sociedade com a necessidade de se realizar uma reflexão sobre os objetivos do projeto societário em construção, levando em consideração as condições presente e futuras para concretizá-lo. Dentre os desafios destacados, cabe assinalar: a) a insuficiência do salário para satisfazer às necessidades básicas dos trabalhadores; b) a desvinculação das atividades laborais do acesso à renda e ao consumo; c) a baixa produção agrícola; d) a dependência da importação de alimentos, e; e) a insustentabilidade dos gastos realizados pelo Estado para garantir a todos, de maneira igualitária e universal o conjunto de bens e serviços públicos (CASTRO RUZ, 2007; CASTRO RUZ 2008; CASTRO RUZ, 2009).

Dentro disso, foram sendo adotadas medidas importantes que, embora fragmentadas e pontuais, indicavam uma retomada em direção às mudanças econômicas e sociais iniciadas na década de 1990, e que haviam sido interrompidas nos anos 2000. Nesse sentido, cabe destacar as medidas que eliminaram as proibições e regulações relativas ao consumo, que ampliaram a entrega de terras ociosas para privados, que reestruturaram o mercado de trabalho reduzindo os empregos nas empresas estatais, que criaram órgãos de controle e fiscalização e que instituíram uma nova Divisão Político-Administrativa do país (STOCCO, 2013).

Por fim, no dia 8 de novembro de 2010, Raul Castro anunciou a publicação de uma proposta de mudança que foi denominada “Lineamientos da Política Econômica e Social”, fato que marcou o início do que, oficialmente, tem sido denominado processo de atualização do modelo econômico e social e que será apresentado a seguir.

A Atualização do Modelo Econômico e Social

No documento “Lineamientos da Política Econômica e Social”, a necessidade de se avançar com as mudanças econômicas e sociais no interior da experiência de construção do socialismo em Cuba foi apontada como consequência de um contexto externo mundial globalizado, caracterizado por uma crise sistêmica do capital que se manifestava em uma grave crise financeira nas principais economias capitalistas, mas também pelas deficiências estruturais internas que haviam se acumulado ao longo dos anos.

Apresentadas como desafios, essas deficiências foram assim sintetizadas: a) grande volume de terras ociosas e o baixo rendimento agrícola; b) descapitalização da indústria e da



infraestrutura do país; c) planilhas “infladas” de trabalhadores em todas as esferas da economia e a desestruturação do emprego; d) baixa produtividade do trabalho, desmotivação salarial e excesso de subsídios e gratuidades; e) baixa capacidade exportadora de produtos tradicionais e elevada dependência de importações; f) centralização e falta de autonomia, e; g) existência da dualidade monetária (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2010).

Cabe lembrar que, parte dessas deficiências já estavam presentes desde o final dos anos 1980, e se tornaram ainda mais crônicas com as alterações fragmentadas adotadas no âmbito da crise econômica e, a descontinuidade que marcou o período seguinte de retomada do crescimento econômico, inclusive com a reversão de algumas medidas de descentralização e ampliação do setor não-estatal e das relações mercantis.

Ainda segundo o documento, o que se buscava com os lineamentos era atualizar o modelo econômico e social com vistas a garantir a continuidade do projeto de construção do socialismo, o desenvolvimento econômico e a melhoria das condições de vida da população. Em síntese, a proposta apresentada foi estruturada em 291 pontos agrupados em 12 capítulos: modelo de gestão econômica; políticas macroeconômicas; política econômica externa; política de investimento; política de ciência; tecnologia e inovação; política social; política agroindustrial; política industrial e energética; política para o turismo; política para o transporte; política para as construções; habitações e recursos hidráulicos; e política para o comércio. Após um amplo processo de discussão, o documento final, aprovado durante o VI Congresso do Partido Comunista, em abril de 2011, totalizou 313 pontos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011a).

Em resumo, os lineamentos aprovaram uma ampliação do espaço concedido às formas não estatais da propriedade sobre os meios de produção no interior da economia cubana, ressignificando o papel da empresa estatal dentro da estrutura do Estado, e a adoção de uma nova metodologia para a realização da planificação da economia, que, ademais de torná-la mais objetiva, deveria abarcar o conjunto das diferentes formas de propriedade, respeitando a autonomia das empresas sobre as decisões de produção e comercialização. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Como parte disso, também se determinou a separação entre a esfera empresarial estatal e as funções estatais. Para isso, os gastos públicos para cumprimento das funções estatais ficariam condicionados à receita arrecadada pelo Estado. Em contrapartida, ficou aprovada uma reestruturação das unidades orçamentárias, a criação de tributos especiais, o fim de



subsídios por perdas às empresas e a eliminação paulatina de gratuidades e subsídios (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Frente ao estímulo para a atuação de novos agentes econômicos e maior espaço para as relações monetário-mercantis, também se aprovou uma revisão integral no sistema de preços e a descentralização deles, com exceção dos preços dos produtos e serviços, que, do ponto de vista econômico e social, fossem considerados necessários seguir regulamentando (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Em relação à política externa, aprovou-se um reordenamento da dívida externa e das estratégias para o pagamento dela e uma reestruturação nas regulações e procedimentos relativos à aprovação da participação do capital externo nos investimentos nacionais, buscando conferir maior agilidade à entrada de investimentos estrangeiros diretos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Ainda se deliberou o redesenho das chamadas políticas sociais vigentes para compatibilizá-las com as possibilidades reais da economia cubana e tratou de instituir o trabalho e a renda como as vias fundamentais para a satisfação das necessidades pessoais e familiares e a forma de se contribuir para o desenvolvimento da sociedade. Em relação a esse tema, aprovou-se de maneira expressa a prioridade em aumentar o número de trabalhadores do setor não estatal, a deliberação de elevar os salários dos trabalhadores alocados nas atividades que gerassem maior resultado para o país e a determinação de eliminar gradualmente a “libreta” de abastecimento enquanto forma de distribuição racionalizada (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Em relação à produção agropecuária, os lineamentos outorgaram um papel maior aos mecanismos de mercado para a comercialização de uma parte da produção e previu a reestruturação da comercialização de insumos e equipamentos, inclusive com a criação de mecanismos de crédito ao produtor (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Os lineamentos previram ainda a autorização para compra e venda de veículos automotores e de habitações entre particulares, além de terem flexibilizado as outras formas de transmissão da propriedade entre pessoas físicas. Por outro lado, aprovou-se o fim dos subsídios aos materiais de construção destinados à conservação, reforma e construção de habitações. (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2011b).

Por ocasião da aprovação do documento, instituiu-se a Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento que assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de



implantação das mudanças aprovadas, mas também de propor mudanças pontuais e de curto prazo e de elaborar uma proposta de conceitualização integral do funcionamento da economia cubana nos marcos de um projeto societário socialista.

Cabe destacar que os “Lineamentos da Política Econômica e Social” possuem uma importância singular por se constituírem na primeira tentativa de fato, de reestruturação do funcionamento da base econômica do projeto de construção do socialismo em Cuba, em que se buscou conceituar aspectos e mecanismos próprios do ideal socialista, levando em consideração as condições sócio-históricas da própria realidade cubana e as novas determinações do contexto externo. Conforme já apontado, as alterações, até então realizadas no modelo de funcionamento da economia, tinham tido como objetivo enfrentar os efeitos mais imediatos da crise econômica dos anos noventa, conservando uma compreensão equivocada sobre o período de transição ao socialismo, em que a socialização dos meios de produção foi confundida com a estatização deles, e a planificação centralizada a partir do Estado deveria ser o mecanismo de controle direto dos recursos e de regulação da economia, eliminando as relações monetário-mercantis no âmbito das relações econômicas.

Ainda que tenha significado um esforço inicial de atualização do modelo econômico, esse documento ficou desvinculado de uma reestruturação mais ampla dos objetivos e estratégias que iriam direcionar o projeto societário em construção. Além disso, o documento expressou a ausência de uma sistematização uniforme em sua elaboração, pois os pontos aprovados tratavam ora de aspectos conceituais, ora de diretrizes para formulação de políticas, ora de ações concretas a serem implementadas, o que, inclusive, dificultou sintetizar as mudanças que de fato estavam aprovadas. Com isso, em diferentes pontos, não se explicitou como as determinações aprovadas seriam efetivadas na realidade concreta. Por fim, todos esses aspectos acabaram contribuindo para uma implementação fragmentada dos lineamentos e ainda bastante insuficientes do ponto de vista dos desafios identificados que precisavam ser superados na realidade cubana, dos problemas que afligiam essencialmente a população e dos objetivos estabelecidos dentro do projeto societário cubano, no que tange a erradicação das desigualdades e a promoção da equidade e justiça social.

As principais medidas implementadas dentro do que se convencionou chamar de processo de atualização do modelo econômico e social estiveram centradas na ampliação das novas formas de gestão da propriedade dos meios de produção no funcionamento da economia cubana. Um conjunto de leis tratou não apenas de liberar novas atividades para



serem executadas por trabalhadores por conta própria como também alterou as alíquotas de imposto e a forma de cobrança dele sobre esse tipo de atividade, autorizou o pagamento retroativo da contribuição previdenciária por parte desses trabalhadores e simplificou o processo para emissão de novas licenças. Ainda em relação a isso, criaram-se as cooperativas não agrícolas que passaram a exercer diferentes atividades e realizou-se a transferência de unidades produtivas estatais para as diferentes formas de gestão não estatal. Em efeito, também foram ampliados os espaços de comercialização de produtos agropecuários e eliminadas as restrições relativas à comercialização de automóveis e casas entre particulares, assim como instituiu-se uma política com a oferta de crédito e serviços bancários para pessoas físicas e os novos agentes econômicos.

No âmbito da organização do Estado, realizou-se uma profunda reorganização das estruturas estatais que envolveu a extinção e criação de ministérios, assim como a criação de novas estruturas demarcando uma clara separação entre as funções estatais e empresariais. Como exemplo, cabe destacar a extinção do Ministério do Açúcar e a criação do grupo estatal Azcuba. As empresas estatais passaram a reter um percentual maior dos seus ganhos após o pagamento dos impostos, possibilitando a constituição de fundos maiores para a distribuição de estímulos salariais aos trabalhadores e ampliando capacidade de investimento delas. Além disso, as reservas realizadas de maneira voluntária pelas empresas passaram a ser acumuladas para o ano seguinte. Também se tornou facultativo aos dirigentes das empresas estabelecer o preço a ser comercializado a produção excedente à entrega estabelecida no plano.

Como parte do processo de atualização também foi aprovado um número vasto de novas legislações que envolveram desde o planejamento urbano e habitacional, como uma nova política de Ciência, Tecnologia e Inovação, um novo Código do Trabalho e uma nova Lei de Investimento Estrangeiro Direto.

Após cinco anos da aprovação dos lineamentos, um balanço apresentado pela Comissão Permanente de Implementação e Desenvolvimento mostrou que, dos 313 pontos aprovados, 21% haviam sido efetivados e 78% ainda estavam em andamento. Com isso, considerou-se que as medidas implementadas não foram suficientes para produzir mudanças profundas na estrutura produtiva do país, tendo a produção agrícola e manufatureira permanecido muito aquém do que seria necessário para diminuir a dependência por produtos importados. Mas, por outro lado, se reconheceu a transformação ocorrida na estrutura do emprego com um aumento dos trabalhadores no setor não estatal e uma elevação dos salários



de vários setores. Os experimentos adotados nas províncias de Mayabeque e Artemisa, como a abertura para o comércio atacadista a partir de cooperativas e agentes privados e a descentralização da administração estatal, não foram considerados exitosos e acabaram não sendo expandidos para todo o país. Ainda em termos de resultado apontou-se também um processo denominado reequilíbrio financeiro externo, alcançado a partir da renegociação da dívida externa (LEGAÑO ALONSO, J.; FRANCISCO, I. 2016).

Certamente, o ritmo em que se concretizaram as mudanças aprovadas em 2011 não foi suficiente para superar os principais desafios identificados inicialmente, assim como a ausência de uma estratégia sistêmica na implantação das medidas fez com que se avancem em algumas áreas e não em outras, atacando questões periféricas que, muitas vezes, não produzem resultados efetivos no dia a dia da população. Conforme apontaram, García Alvarez e Anaya Cruz (2015, p. 25), as mudanças implementadas não tinham sido capazes de responder a um aspecto essencial para a elevação das condições de vida e da construção do socialismo:

[...] o crescimento econômico ainda não alcança o ritmo que se precisa para poder empreender um processo de desenvolvimento que permita alcançar o propósito de construir um socialismo próspero e sustentável. É evidente a tensão entre os dois destinos fundamentais do produto criado: o consumo e a acumulação. Em específico, é preciso aumentar a taxa de acumulação em ao menos 25%. Depois de 1989, esta se manteve por muitos anos em níveis que, quando muito, permitiam a reprodução simples da economia e os efeitos disso são sentidos com mais força hoje. O fundo de consumo tampouco garante o nível que necessita e demanda a população [...].

Em realidade, isso reforça a ideia já exposta anteriormente, sobre as dificuldades enfrentadas pelo socialismo em Cuba no que tange ao processo de acumulação e ampliação da capacidade de produção de riquezas, e a deficiência dos mecanismos econômicos e sociais construídos no país sob influência do modelo soviético para responder a essa necessidade.

Como continuidade da construção de um marco legal, conceitual e propositivo, por ocasião do VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi apresentado para discussão o Projeto de Conceitualização do Modelo Econômico e Social e o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030, além da atualização dos próprios lineamentos para o período de 2016 a 2021. Em relação a esse último documento, cabe destacar que dos 313 lineamentos de 2011, 87,5% foram mantidos, modificados ou incorporados a outros lineamentos e 50 novos pontos foram acrescentados, totalizando 274 lineamentos subdivididos em 13 capítulos, um a mais que no documento anterior. O novo capítulo



incorporado tratou de mudanças no sistema e órgãos de direção (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2016).

Ainda sobre os lineamentos, cabe destacar que o novo documento avançou em relação ao primeiro quanto à forma, apresentando uma linguagem mais uniforme e menor fragmentação dos temas. Em relação ao conteúdo, foi possível observar um esforço para alinhar os lineamentos com os demais documentos produzidos e colocados em discussão no VII Congresso do Partido Comunista, consolidando os lineamentos como um conjunto de diretrizes do processo de atualização do modelo econômico e social para um horizonte de curto e médio prazo.

Por sua vez, o documento chamado de “Conceitualização do Modelo Econômico e Social” foi o responsável por estabelecer as bases teóricas e as características essenciais projetadas para a organização das relações econômicas no país – produção, distribuição, troca e consumo –, ou seja, traçar a visão futura do modelo econômico e social que se busca construir com as mudanças em curso. Para isso, o texto partiu de uma síntese histórica do processo revolucionário e de um inventário das principais dificuldades e potencialidades identificadas para a continuidade da construção do socialismo no país (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Dentre as dificuldades, foram listadas as limitações estruturais da economia cubana dadas pela dependência econômica entendida como expressão do subdesenvolvimento e os desequilíbrios econômicos que afetam o país, como a dissociação dos salários do aporte de trabalho, a insuficiente oferta de bens e serviços frente às necessidades da população e a disponibilidade de divisas para as importações necessárias. A baixa produtividade em setores estratégicos da economia cubana, a reduzida integração setorial e a dependência de fontes energéticas não-renováveis também foram apontadas como desafios a serem superados. Além disso, destacou-se o crescimento das desigualdades econômicas e sociais no país e de condutas consideradas contrárias aos princípios e valores da revolução, como burocratismo, corrupção, individualismo, desinteresse pelo trabalho, indisciplinas, delitos, entre outros (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Frente a isso, o documento elencou também as fortalezas construídas ao longo do processo revolucionário, destacando: a unidade da população cubana em torno da construção do socialismo e seu respaldo majoritário ao Partido Comunista de Cuba, a capacidade de liderança construída por Fidel Castro, os valores e princípios essenciais solidificados na



sociedade e defendidos pela juventude, a universalidade e integralidade da política social, a organização e efetivo funcionamento de instituições de defesa militar e civil, os recursos naturais, o elevado potencial humano e a localização geográfica privilegiada, a inserção mundial alcançada e o reconhecimento internacional das conquistas sociais e dos valores morais, solidários e éticos dos cubanos (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

E, reafirmando o horizonte de construção de uma sociedade socialista, o texto sintetizou que o ideal de socialismo a ser perseguido seria resultado de ações consciente e coletivas direcionadas ao desenvolvimento pleno do ser humano tendo como princípios fundamentais a equidade e a justiça social, sendo o aumento contínuo da produção social e da riqueza uma premissa material para uma elevação paulatina do nível de vida e erradicação das desigualdades (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Dentro disso, o texto destacou o papel essencial que deverá cumprir a forma estatal de propriedade dos meios de produção nas determinações que incidem sobre as relações de produção, imprimindo nas mesmas o caráter socialista, ou seja, a socialização da produção e da apropriação. Mas, também a importância das formas não estatais para a criação futura das condições materiais necessárias para o desenvolvimento socialista, como a elevação da produtividade e da eficiência da produção, o desenvolvimento das forças produtivas e a centralização da atuação estatal em setores e atividades fundamentais e estratégicas. Dentre as formas não estatais foram identificadas: a cooperativa, a propriedade mista, a propriedade privada e a propriedade de organizações políticas, sociais e entidades civis (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Conectado a isso, reafirmou-se a necessária transformação dos mecanismos de regulação econômica configurados no chamado “Sistema de Direção do Desenvolvimento Econômico e Social, ou, em momentos anteriores, sistema de direção planejada, descrito no documento como um instrumento de coordenação, execução e acompanhamento da atuação do conjunto dos agentes econômicos a disposição do estado e do governo para conduzir o progresso nacional em seus diferentes âmbitos. Como parte do sistema de planificação foram estabelecidos os seguintes componentes: a planificação socialista, o conjunto das regulação, a gestão do estado e o governo e o sistema de controles, em um esforço evidente de superar o funcionamento segmentado da economia cubana identificado nas seções anteriores, e de construir um sistema em que o plano e as relações mercantis tenham uma relação de complementação (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).



Nesse sentido, o sistema de planificação mantém um conjunto de decisões centralizadas e de instrumentos de administração direta, mas combinaria isso com o uso de instrumentos econômicos indiretos para induzir os agentes a determinados comportamentos no âmbito das relações mercantis, em um esforço de alinhar o conjunto das atividades econômica e os interesses individuais aos interesses coletivos da nação.

Para a efetivação dessas mudanças na gestão da propriedade e na planificação, destacou-se a necessidade de uma ampla reforma do aparelho estatal, chamada de “aperfeiçoamento do Estado”. Com isso, o objetivo seria redirecionar a atuação estatal direta para as funções que lhe são inerentes e estratégicas para a construção do socialismo e criar o conjunto de mecanismos para sua atuação indireta. Isso seria combinado com uma ampliação da participação e do controle popular na solução dos problemas em seus diferentes âmbitos territoriais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Além disso, outro aspecto central a ser transformado como parte do processo de atualização estaria no âmbito das relações de distribuição. Trata-se, do que anteriormente foi apresentado como dissociação entre os salários e o aporte laboral. Em relação a isso, se estabeleceu como horizonte a aplicação do princípio distributivo que tem a quantidade e qualidade do trabalho como principal determinante para a satisfação das necessidades individuais (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

Ainda como parte do marco documental produzido no âmbito do processo de atualização do modelo econômico e social, cabe tratar também do documento que resultou da primeira fase de elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030. Nesse documento foram estabelecidas as bases para a construção do plano, a saber: princípios, visão de nação, os eixos e setores estratégicos. Aprovado no VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, foi posteriormente debatido com as diferentes organizações políticas e civis e aprovado em definitivo pelo Pleno do Comitê Central do PCC, em 2017, passando assim para a segunda etapa de elaboração (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

O Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030 foi apresentado como uma tentativa do país em retornar com à prática dos planejamentos de médio e longo prazo, depois de vários anos tendo que atuar de forma emergencial para enfrentar a crise dos anos 1990 e seus desdobramentos. Assim foi definido como objetivo do plano resolver os desequilíbrios estruturais e insuficiências da economia cubana, já relatos ao longo desse



trabalho, buscando construir uma nação “soberana, independente, socialista, democrática, próspera e sustentável” (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017, p. 16). Para isso foram estruturados seis eixos estratégicos, como diretrizes, objetivos gerais e específicos que serão usados para alinhar as políticas, programas e ações já em execução e para criar políticas, programas, linhas de ação, metas e indicadores.

Os seis eixos estratégicos criados foram: 1) governo socialista, eficaz, eficiente e de integração social; 2) transformação produtiva e inserção internacional; 3) infraestrutura; 4) potencial humano, ciência, tecnologia e inovação; 5) recursos naturais e meio ambiente, e; 6) desenvolvimento humano, equidade e justiça social. E para além dos eixos, o documento estabeleceu um conjunto de critérios usados para identificar os setores prioritários do primeiro quinquênio, sendo eles: a construção, eletro-energético, telecomunicações e de tecnologias da informação, logística de transporte e armazenamento, saneamento básico, turismo, serviços técnicos profissionais, alimentício, farmacêutico, agroindústria açucareira, e indústria de bens de consumo (PARTIDO COMUNISTA DE CUBA, 2017).

De maneira geral, esse último documento reafirmou o conjunto de mudanças que já havia sido aprovado desde 2011, porém trouxe uma visão sistêmica e integrada dessas alterações, vinculando-as tanto às premissas teóricas assumidas pela revolução cubana, como aos horizontes de curto, médio e longo prazo que se busca alcançar. E por isso, significou um avanço na construção do marco documental e nas diretrizes que irão orientar as ações futuras.

Do ponto de vista do conteúdo, consolidou a compreensão em relação aos desafios estruturais que caracterizaram a experiência socialista do país, e a necessidade de repensar o processo de construção do socialismo a partir das condições históricas herdadas e do contexto interno e externo atual. Assim, a heterogeneidade das formas de gestão da propriedade, a ampliação das relações mercantis no âmbito das relações econômicas, os estímulos e a concorrência do mercado e algum nível de desigualdade, aparecem como recuos estratégicos necessários quando submetidos ao objetivo de criação das condições materiais e de desenvolvimento das forças produtivas exigidas para se avançar na construção do socialismo. Certamente, a continuidade da construção do socialismo vai depender não apenas da capacidade de implementação do modelo construído e da vontade política dos dirigentes, mas das condições internas e externas para se avançar de maneira mais rápida ou mais lenta em sua implementação, mantendo ao mesmo tempo, as conquistas sociais que garantem o consenso sociopolítico em torno do socialismo.



Considerações Finais

Assim, ao realizar essa síntese dos últimos 30 anos da revolução cubana, é possível observar que o processo de mudança aberto a partir de 2011, e chamado de atualização do modelo econômico e social, responde aos desafios estruturais que perpassam o processo revolucionário cubano desde os final dos anos de 1980, e que foram se tornando mais complexos em função das alterações que se processaram no contexto interno e externo após os anos noventa. Dentro disso, o elemento de continuidade é dado pela reafirmação do horizonte de construção de uma sociedade socialista, mantendo, portanto, o caráter socialista das transformações em curso no país desde 1959.

Nesse sentido, o processo de atualização tem como uma dos princípios manter e desenvolver as conquistas sociais alcançadas pelo país em termos de equidade e justiça social, preservando o caráter universal e integral da política social, que engloba a oferta de um conjunto de serviços públicos, gratuitos e de alta qualidade nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, previdência social e assistência social. Conquistas sociais que representam também um pilar de coesão sociopolítica em torno da continuidade do horizonte socialista.

Além disso, tanto os avanços e recuos na concretização das mudanças a partir dos anos de 1990, como o processo de atualização do modelo econômico e social, estão relacionados à uma discussão que sempre esteve presente no campo teórico e prático das experiências concretas de transição ao socialismo: a coexistência ou não de diferentes formas de propriedade em experiências de transição ao socialismo e o papel dos mecanismos de mercado no funcionamento da economia.

Esse debate revela, ao mesmo tempo, um importante elemento de ruptura presente nas medidas aprovadas e implementadas no âmbito do processo de atualização do modelo econômico e social: trata-se da incorporação, no discurso oficial e na prática, de uma concepção de construção do socialismo que reconhece a existência de uma heterogeneidade das formas de gestão dos meios de produção e dos mecanismos de regulação social, que estão em função das condições socio-históricas herdadas em cada país, das transformações mais urgentes a serem realizadas ao chegar ao poder e do contexto externo global.

Assim, o processo que se iniciou em 2011, apresenta um longo processo de transformações que visa adaptar a estrutura econômica e social do país tendo por base a construção de um modelo econômico e social próprio. Nisso, rompe com o paradigma



soviético de construção do socialismo que orientou o modelo econômico e social na ilha até o final dos anos 1980, assim como rompe com a lógica que direcionou as mudanças que aconteceram durante a década de 1990, compreendidas como conjunturais e temporárias. Porém, do ponto de vista do conteúdo das medidas que foram implementadas na década de 1990, tem-se um aprofundamento que se expressa no reconhecimento da importância das formas não estatais de propriedade para a criação futura das condições materiais necessárias ao desenvolvimento socialista e de um sistema de regulação social em que o plano e as relações mercantis apresentam uma relação de complementariedade.

Referências Bibliográficas

ÁLVAREZ GONZALEZ, Elena. “Cuba: un modelo de desarrollo con justicia social”. *Cuba: Investigaciones Económicas*, ano 4, n. 2, pp. 39-88, 1998.

CARRANZA VALDÉS, Julio.; MONREAL, Pedro. “Problemas del desarrollo en Cuba: realidades y conceptos”. *Revista Temas*, n. 11, pp. 30-40, 1997. Disponível em: <[http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11\(2.14%20MB\).pdf](http://temas.cult.cu/wp-content/uploads/files/privado/revistas_en_pdf/Revista11(2.14%20MB).pdf)>. Acesso em: 20 dez. 2016.

CARRANZA VALDEZ, Julio; DÍAZ VÁZQUEZ, Julio. “Cuba 1902-2002: Desarrollo económico y política social (II)”. *Economía y Desarrollo*. v. 138, n. 1, p. 48-82, 2005. Disponível em: <<http://www.fec.uh.cu/downloads/Revistas/2005/2005-n1.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2011.

CASTRO RUZ, Fidel. “Discurso pronunciado en la clausura de la Sesión diferida del Tercer Congreso del Partido Comunista de Cuba, en el Teatro ‘Carlos Marx’. 1986, La Habana, efectuado en el 2 de Diciembre de 1986”. *Política y gobierno*, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/1986/esp/f021286e.html>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

_____. “Discurso pronunciado por el Comandante en Jefe Fidel Castro Ruz, primer secretario del Comité Central del Partido Comunista de Cuba y presidente de los Consejos de Estado y de Ministros, en la inauguración del IV Congreso del Partido Comunista de Cuba, efectuada en el teatro “Heredia”, Santiago de Cuba, el día 10 de octubre de 1991”. *Congreso do Partido Comunista Cubano*. 4, 1991, Santiago de Cuba. Disponível em: <<http://congresopcc.cip.cu/wp-content/uploads/2011/02/Discurso-de-Fidel-inauguracion-del-IVcongreso.pdf>>. Acesso em: 21 dez. 2016.

_____. “Discurso pronunciado por Fidel Castro Ruz, Presidente de la República de Cuba. Aula Magna de la Universidad de La Habana: ato pelo aniversário de 60 anos do ingresso de Fidel Castro à universidade. 2005, La Habana, efectuado en el 17 de noviembre de 2005”.



Política y gobierno, Discursos de Fidel Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/discursos/2005/esp/f171105e.html>>. Acesso em: 1 out. 2012.

_____. *La historia me absolverá*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2007. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2009/05/la-historia-me-absolvera-fidel-castro.pdf>>. Acesso em: 13 maio 2011.

CASTRO RUZ, Raul. “Discurso pronunciado por el Primer Vicepresidente. In: Acto del aniversario 54 del salto al cuartel Moncada. 2007. Camagüey. Estamos en el deber de cuestionarnos cuanto cosa hacemos en busca de realizarla cada vez mejor: Cuba”. *Rebelión*. [S.I.], jul 2007. Disponível em: <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=54199>>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. VII. 2008. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2008/esp/r240208e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Tercer Período Ordinario de Sesiones de la VII Legislatura de la Asamblea Nacional del Poder Popular. 2009. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2009/esp/r010809e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

_____. “Discurso pronunciado por el compañero Raúl Castro Ruz, Presidente de los Consejos de Estado y de Ministros. Acto Conmemorativo del Décimo Aniversario del Convenio Integral de Cooperación Cuba-Venezuela. 2010. La Habana”. *Política y gobierno*, Discursos Discursos del Presidente Raúl Castro Ruz, La Habana: Portal Cuba. Disponível em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2010/esp/r081110e.html>>. Acesso em: 5 set. 2012.

CEPAL - COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y CARIBE. *La Economía Cubana: reformas estructurales y desempeño en los noventa*. 2. ed. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 2000a.

_____. “Estudio Económico de América Latina y el Caribe 1999-2000”. 2000b. Disponível em: <<http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/9/4919/P4919.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl>>. Acesso em: 20 jun. 2012.

CHE GUEVARA, E. Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: _____. *Obras escogidas*. Santiago del Chile: Editado em digital por Resma, 2004, p. 278-300. Disponível em: <http://www.4shared.com/office/k-IfwpdW/Che_Guevara_-_Obras_escogidas.html>. Acesso em: 5 jan. 2012.



CUBA. *Decreto Ley nº 141 sobre el ejercicio del Trabajo por Cuenta Propia*, de 8 de setembro de 1993. Disponível em: <<https://www.gacetaoficial.gob.cu/codedicante.php>>. Acesso em 2 fev. 2017.

CUBA. *Decreto Ley nº 142 sobre las Unidades Basicas de Produccion Cooperativa*, de 20 de setembro de 1993. Disponível em: <http://www.actaf.co.cu/index.php?option=com_mtree&task=att_download&link_id=168&cf_id=24>.

CUBA. *Ley nº. 77 de la Inversión Extranjera*, de 5 de setembro de 1995. Disponível em: <<http://www.parlamentocubano.gob.cu/index.php/documento/ley-de-la-inversion-extranjera/>>. Acesso em: 12 abr 2019.

FERNÁNDEZ FONT, Mario L. “Algunas reflexiones sobre el período especial”. *Revista Bimestre Cubana*, v. LXXXIII, n. 8, 1998.

FERRIOL MURUAGA, Angela. “¿Nivel de vida con equilibrio financiero interno?”. *Revista Cuba: Investigación Económica*, INIE, ano 15, n. 1, pp. 19-40, 2009.

FERRIOL, Angela.; THERBORN, Goran.; CASTIÑEIRAS, Rita. *Política Social: el mundo contemporaneo y las experiencias de Cuba y Suecia*. La Habana: [s.n.], Instituto Nacional de Investigaciones Económicas, 2004.

FIGUEROA ALBELO, Vitor; GARCÍA BÁEZ, Román. “La reforma económica en Cuba y sus direcciones principales”. In: SORHEGUI ORTEGA, Rafael Antonio (Org). *Antología del pensamiento económico cubano*. La Habana: Editorial Felix Varela, t. III, pp. 423-446, 2008.

FIGUEROA ALBELO, Vitor. “Hacia un nuevo modelo económico de la transición extraordinaria al socialismo”. In: _____. *Ensayos de economía política de la transición extraordinaria al socialismo en la experiencia de Cuba*. Universidad Central de Las Villas. Departamento de Economía. Facultad de Ciencias Empresariales. Abril 2003.

FUNG RIVERÓN. Thalia. *En torno a las regularidades y particularidades de la revolución socialista en Cuba*. Ciudad de La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1982.

GARCÍA ÁLVAREZ, Anicia.; ANAYA CRUZ, Betsy. “Política social en Cuba, nuevo enfoque y programas recientes”. *Revista Cuba XXI: versão digital*, LXXVI, maio 2007. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/politica/garciaa_300407.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2011.

GARCÍA ÁLVAREZ, Anicia.; ANAYA CRUZ, Betsy. “Contexto actual de la transformación socioeconómica cubana”. In: ZABALA ARGUELLES, Maria. Carmen. et al. (Org.). *Retos para la equidad social en el proceso de actualización del modelo económico cubano*. La Habana: Editorial de Ciências Sociales, pp. 14-36, 2015.

GONZÁLEZ GUTIÉRREZ, Alfredo. “Economía y sociedad: los retos del modelo económico”. In: SORHEGUI ORTEGA, Rafael Antonio (Org). *Antología del pensamiento económico cubano*. La Habana: Editorial Félix Varela, t. III, pp. 551-598, [1997]2008,



GONZALEZ, Edward.; RONFELDT, David. *Cuba a la Deriva en un Mundo Postcomunista*. Santa Mónica: RAND, 1993. Disponível em: <<https://apps.dtic.mil/dtic/tr/fulltext/u2/a282877.pdf>>. Acesso em: 22 dez 2016.

HERRERA, Remy.; NAKATANI, Paulo. “A dolarização cubana: elementos de reflexão para uma desdolarização”. *Resistir.info*. Disponível em: <http://resistir.info/cuba/dolarizacao_cubana.html>. Acesso em: 20 maio 2012.

HIDALGO DE LOS SANTOS, Vilma. “De la dolarización a la unificación monetaria en Cuba”. *Economía y desarrollo*. vol. 143, n° 1, pp. 133-164, 2008.

LEGAÑO ALONSO, Jorge; FRANCISCO, Ismael. “Comisión 3 del VII Congreso del Partido: Economía cubana creció en el quinquenio pero aún es insuficiente”. *Cubadebate*. La Habana. 16 abril 2016. Economía. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2016/04/16/comision-3-del-vii-congreso-del-partido-economia-cubana-crecio-en-el-quinquenio-pero-aun-es-insuficiente/#.XeSDRuhKjIU>>. Acesso em: 2 fev. 2017.

LOYOLA VEGA, Oscar. “La Revolución de 1895 (1892-1898)”. In: TORRES-CUEVAS, Eduardo; LOYOLA VEJA, Oscar. *História de Cuba: 1492-1898 formação y liberación de la nación*. 2. ed. La Habana: Pueblo y Educación, t. I, pp. 335-399, 2002.

MARQUETTI NODARSE, Hiram. “Cuba: Proceso de Desdolarización de la Economía”. *Boletín Cuatrimestral*: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2005, abr. CD-ROM.

MARQUETTI NORDASE, Hiram. La reestructuración del sistema empresarial em Cuba: Tendencias principales”. In: PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny (Org.). *Reflexiones sobre economía cubana*. 2. Ed. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, pp. 279-343, 2006.

MARTÍ, José. “Nuestra América”. [1891]. In: VITIER, C. *Edición Crítica: investigación, presentación y notas*. Guadalajara: Universidad de Guadalajara, 2002.

MONREAL, Pedro. “Cuba y la nueva economía mundial: el reto de la inserción en América Latina y el Caribe”. *Notre Dame*: Kellogg Institute, abr 1991. Working Paper n° 157. Disponível em: <<https://kellogg.nd.edu/publications/workingpapers/WPS/157.pdf>>. Acesso em 20 dez. 2016.

MORALES DOMÍNGUEZ, Esteban. “Economía y política del conflicto Cuba-EE.UU. en los noventa”. *Revista Economía y Desarrollo*, ano XXVI, v. 121, n. 3, pp. 91-111, 1996.

NOGUERA, Albert. “Estructura social e igualdade em la Cuba atual: La reforma de los noventa y los cambios em la estructura de clases cubana”. *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe*, n. 76, p. 45-59, 2004. Disponível em: <http://www.cedla.uva.nl/50_publications/pdf/revista/76RevistaEuropea/76Noguera.pdf>. Acesso em: 18 out. 2011.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Informe Central: Tercero Congreso del Partido Comunista de Cuba”. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I], 1986.



Disponível em:

<https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180425/informe_central_iii_congreso_del_partido_comunista_de_cuba.pdf>. Acesso em: 15 ago 2015.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Proyecto de Lineamientos de la política económica y social del PCC”. [Habana]: [s.n.], [2010]. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2010/11/proyecto-lineamientos-pcc.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2010.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Información sobre el resultado del Debate de los Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución”. [Habana]: [s.n.], 2011a. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/wp-content/upload/2011/05/tabloide_debate_lineamientos.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2012.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Lineamientos de la política económica y social del partido y la revolución”. [Habana]: [s.n.], 2011b. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/wp-content/uploads/2011/05/folleto-lineamientos-vi-cong.pdf>>. Acesso em: 02 jun. 2013.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. “Resolución sobre resultados de la implementación: Séptimo Congreso del Partido Comunista de Cuba”. La Habana: Comité Central del Partido Comunista de Cuba, [S.I.], 2016. Disponível em: <https://www.pcc.cu/sites/default/files/congreso/pdf/20180426/resolucion_sobre_resultados_de_la_implementation.pdf>. Acesso em: 15 ago 2019.

PARTIDO COMUNISTA CUBANO. *Tabloides I y II*: documentos del 7º Congreso del Partido aprobados por el III Pleno del Comité Central del PCC el 18 de mayo de 2017 y respaldados por la Asamblea Nacional del Poder Popular el 1 de junio de 2017, UEB Grafica, 2017. Disponível em: <https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/cuba_plan_nacional_de_desarrollo_economico_y_social_hasta_2030_page_14.pdf>. Acesso em: 15 ago 2019.

PNUD - PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. “Human Development Indices and Indicators”: 2018 Statistical Update. New York: PNUD, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/Aline/Downloads/2018_human_development_statistical_update.pdf>. Acesso em 15 nov 2019.

RODRIGUES, Jose Luis “La estrategia de desarrollo económico en la etapa socialista de la revolución”. In: _____. *Estrategia de desarrollo económico en Cuba*. La Habana: Editorial Ciencias Sociales, cap. 3, pp. 52-208, 1990.

RODRIGUES, Robério Paulino. *O colapso da URSS: um estudo das causas*. 2006. 295f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8137/tde-11072007-112541/publico/TESE_ROBERIO_PAULINO_RODRIGUES.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2016.

SAÉNZ, Tirso W. *O ministro Che Guevara: testemunho de um colaborador*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004.



SÁNCHEZ EGÓZCUE M.A, Jorge Mário. “La Dualidad Monetária. Problemas, Perspectivas”. In: Simposio Internacional la Economía Cubana: problemas, políticas, perspectivas. *Anais eletrônicos*, 1999. Disponível em: <http://www.nodo50.org/cubasigloXXI/economia/pizquierdo1_311004.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

STOCCO, Aline Fae. *Cuba: os desafios para a construção do socialismo hoje*. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

SUÁREZ SALAZAR, Luis. *Cuba: ¿Aislamiento o reinserción en un mundo cambiado?* La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1997.

UNITED STATES. H.R.5323 - *Cuban Democracy Act of 1992*, de 24 de setembro de 1992. Disponível em: <<https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5323/text>>. Acesso em: 20 dez. 2016.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel. “La política monetaria y la macroeconomía en Cuba: 2008-2009”. *Boletín Cuatrimestral*: do Centro de Estudios de la Economía Cubana. Ciudad de La Habana, 2009, ago. CD-ROM.

VIDAL ALEJANDRO, Pavel. “Estabilidad, desdolarización y política monetaria en Cuba”. In: PÉREZ VILLANUEVA, Omar Everleny (Org.). *Reflexiones sobre Economía Cubana*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, pp. 41-60, 2006.

XALMA, Cristina. *Cuba: ¿Hacia donde?*. 1 ed. Barcelona: Icaria Antrazyt, [2007?].

YERA, Luis Marcelo. “Una aproximación al entorno gubernamental de la empresa estatal cubana”. *Cuba: Investigación Económica*. ano 12, n. 3, pp. 1-48, 2006.



Cuba: continuidades e rupturas na construção do socialismo

Resumo

Ao completar 60 anos do triunfo revolucionário de 1959, Cuba vivencia um processo de mudanças internas tidas como necessárias para garantir a continuidade do projeto de construção do socialismo. Esse processo tem sido chamado de Atualização do Modelo Econômico e Social da revolução. Partindo disso, o trabalho buscou compreender esse processo de atualização a partir de suas rupturas com as estratégias econômicas e sociais anteriores, mas também de suas continuidades com o horizonte de construção do socialismo. Para isso, começou resgatando os antecedentes que marcaram a chegada de Cuba aos anos de 1990 e a crise econômica no país. Em seguida, apresentou uma síntese das principais alterações implementadas na ilha e seus efeitos econômicos e sociais durante os anos 2000. Posteriormente, se realizou uma síntese das principais mudanças aprovadas nos documentos programáticos que sustentam o processo de atualização do modelo econômico e social cubano.

Palavras Chave: Cuba; Socialismo; Revolução; Atualização;

Cuba: continuidades y rupturas en la construcción del Socialismo

Resumen

Al completar los sesenta años del triunfo revolucionario de 1959, Cuba se encuentra inmersa en un profundo proceso de transformaciones internas; identificadas como necesarias para garantizar la continuidad del proyecto de construcción del Socialismo. Este proceso ha sido denominado como Actualización del modelo económico y social cubano. Tomando como punto de referencia este actual contexto, el presente artículo buscar comprender la esencia del proceso de actualización a partir de sus rupturas con las estrategias económicas y sociales anteriores, pero también a través de las continuidades que se establecen en relación al horizonte de construcción del Socialismo. Para ello, se parte de rescatar los antecedentes que marcan la llegada de Cuba a la década de años noventa y la crisis económica en el país. Luego se presenta una síntesis de las principales transformaciones en la Isla; así como, sus efectos económicos y sociales durante los años 2000. Posteriormente, se sintetizan las principales transformaciones esbozadas en los documentos programáticos que sustentan el proceso de actualización de modelo económico y social cubano.

Palabras clave: Cuba; Socialismo; Revolución; Actualización;

Cuba: continuities and ruptures in the construction of socialism

Abstract

On its 60th anniversary of the revolutionary triumph of 1959, Cuba is experiencing a process of internal change deemed necessary to ensure the continuity of the construction of socialism project. This process has been named the Revolution's Economic and Social Model Actualization. Then, the work aimed to understand the actualization process from its ruptures with previous economic and social strategies but also from its continuities with the construction timeline of socialism. In order to achieve that, the work rescued the antecedents that marked the arrival of Cuba in the 1990s and the economic crisis in the country. Then, a synthesis of the main changes implemented on the island and their economic and social effects during the 2000s was presented. Finally, a presentation of the main changes their approved in the program documents that support the Revolution's Economic and Social Model Actualization.

Key-words: Cuba; Socialism; Revolution; Actualization;